

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Jéssica Ribas Timm

**O SERVIÇO SOCIAL FORTALECENDO A INCLUSÃO
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO
TRABALHO**

**Santa Maria, RS
2017**

Jéssica Ribas Timm

**O SERVIÇO SOCIAL FORTALECENDO A INCLUSÃO DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Serviço Social, Área da Inclusão da Pessoa com Deficiência, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS), como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosane Janczura

**Santa Maria, RS
2016**

Jéssica Ribas Timm

**O SERVIÇO SOCIAL FORTALECENDO A INCLUSÃO DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao curso de
Bacharelado em Serviço Social, da
Universidade Federal de Santa
Maria, (UFSM – RS), como
requisito parcial para a obtenção do
título **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 13 de Dezembro de 2016.

Rosane Janczura, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Valeska Berman Machado, Me.
(UFSM)

Santa Maria, RS,
2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à minha família, meus pais Mauro e Mauren que são a base sólida de minha constituição e exemplo de luta por dias melhores; a minha ótima drasta Patrícia que sempre foi amiga, companheira e exemplo para a vida; aos meus amados irmãos Davi, Bernardo e Marcella; meu esposo Mateus que me apoiou muito, foi paciente e meu porto seguro ao longo destes anos, à meu filho Samuel que foi paciente e o principal motivo de minha persistência para concluir o curso, aos meus avós maternos Francisco Ribas (in memorian) e Maria Myzia Ribas, e paternos Jorge Timm (in memorian) e Maria Alice Timm, que durante toda a minha trajetória de vida sempre foram os maiores incentivadores e exemplo no que diz respeito à busca do conhecimento.

Aos meus padrinhos Marco Aurélio e Liliane, por todo o apoio, incentivo, e dedicação ao longo de toda a minha vida e principalmente pelo exemplo de luta, caráter e profissionalismo ao executar suas atribuições como funcionários públicos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à UFSM pela oportunidade na expansão de minha qualificação, por me possibilitar um ensino superior de qualidade e gratuito que permitiu não só a mim como a muitas outras pessoas o acesso ao ensino superior.

Agradeço ao corpo docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social pelo trabalho na consolidação deste, que colaboram cotidianamente para a nossa formação e em especial a minha supervisora acadêmica de estágio I e II e também e também orientadora de TCC I e II, Prof^ª. Dr^ª. Rosane Jaczura, profissional ímpar, dedicada e comprometida com a nossa formação, durante esse período, foi grande incentivadora e colaboradora para a efetivação deste processo de conclusão de curso e constituição de um posicionamento crítico. Obrigada pela confiança, dedicação, compreensão, paciência e puxões de orelha. Obrigada por ser este belo exemplo de profissional, ética e comprometida com a luta pela garantia de acesso aos direitos sociais dos usuários.

À minha supervisora de campo Andreia Paulus de Moraes, exemplo de profissional de luta e resistência. Obrigada pela acolhida, ensinamentos, conselhos, paciência, por sempre acreditar no meu potencial e incentivar desenvolvimento do senso crítico. A Prof^ª. Me. Valeska Berman Machado agradeço por ter aceitado fazer parte da minha banca de avaliação, tenho certeza de que suas considerações irão qualificar mais este trabalho. Agradeço por este ano de convivência, aprendizado pela amizade que construímos.

Agradeço aos colegas da terceira turma de Serviço Social da UFSM, em especial aos colegas, Franco Marin, Gislaine Palese, Lucélia Gomes, Rosimari Savian, Simone Gardin, Viviane Granzoto, por todos estes anos de convivência, troca de experiências e amadurecimento intelectual, tornando este período mais divertido e pleno. Que a vida nos mantenha por perto uns dos outros.

Agradeço à minha amiga, colega, supervisora de estágio extracurricular e exemplo de profissional a ser seguido Andressa Marian, pelo incentivo e auxílio nos incansáveis dias de luta pela garantia de acesso aos direitos dos usuários. Agradeço por me mostrar que o fato de “nos importarmos” com o trabalho que executamos é o que faz a diferença.

Agradeço muito também aos alunos da APAE e seus familiares, pois sem eles não seria possível à execução deste trabalho.

Muito Obrigada!

*Minha energia é o desafio, minha
motivação é o impossível, e é por
isso que eu preciso ser, à força e a
esmo, inabalável. (Augusto
Branco)*

RESUMO

O SERVIÇO SOCIAL FORTALECENDO A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO

AUTORA: JÉSSICA RIBAS TIMM

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ROSANE JANCZURA

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta a experiência de Estágio Curricular na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em Santa Maria, RS, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Fez-se necessária a compreensão do desenvolvimento do conceito de pessoa com deficiência, bem como sua inserção na Política Nacional de Assistência Social e demais legislações. O movimento Apaeano, surgiu com o objetivo de fortalecer a luta e assegurar o acesso aos direitos previstos em lei voltados para esta população. Desenvolveu-se um projeto de intervenção com o objetivo de possibilitar uma melhor integração da família com a instituição a fim de viabilizar a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e fortalecer o seu papel no desenvolvimento da autonomia e sociabilidade da pessoa com deficiência. Para tanto foram realizadas rodas de conversa e oficinas que resultaram, por parte da família, a compreensão acerca da inclusão/exclusão social dos alunos da APAE ao mundo do trabalho. Além disso, essa vivência evidenciou o quanto ainda é frágil o tema inclusão social da PcD, isso apenas vem corroborar com o fato de termos a obrigação de manter o enfrentamento do desmonte das políticas públicas, além é claro da total (des)responsabilização por parte do Estado que diariamente se faz menos presente em nossa sociedade.

Palavras - Chave: Pessoa com Deficiência. Mundo do Trabalho. Inclusão/Exclusão Social.

ABSTRACT

THE SOCIAL SERVICE STRENGTHENING THE INCLUSION OF THE DISABLED PERSON IN THE JOB MARKET

AUTHOR: JÈSSICA RIBAS TIMM
ADVISORA: PROF^a DR^a ROSANE JANCZURA

The present paper of course completion presents the curricular internship experience in the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE in Santa Maria, RS, in the period between August 2015 and June 2016. It was needed an understanding of the development of the concept of disabled person, as well as his insertion on the National Policy of Social Assistance and other legislations. The Apaeano movement started with the objective of strengthening the fight to secure the access to the wrights predicted in laws towards this population. It was developed a Project of intervention with the objective of make possible a better Family integration with the institution aiming to make feasible the inclusion of the disabled person in the job market and strengthening its part in the development of autonomy and sociability of the disabled person. To do so it was performed talk circles and workshops that resulted, from the Family perspective, the understanding about the social inclusion/exclusion of the APAE students in the job world. Besides that, this experience evidenced how much is still fragile the subject of social inclusion of the DP, this only comes to corroborate with the facto f having the obligation to keep the fight against the undoing of public policies, besides of course of the total (um)accountability by the State that daily make itself less present in our society.

Kye - words: Disabled Person; Job World; Social Inclusion/Exclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO APAEANO NO BRASIL .	12
2.1 CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS LEGISLAÇÕES	20
2.2 SITUANDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25
3. O MUNDO DO TRABALHO E SUAS METAMORFOSES	31
3.1 INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL	35
3.2 FAMÍLIA: FORTALECIMENTO E RESISTÊNCIA	39
4. O SERVIÇO SOCIAL NA APAE DE SANTA MARIA	44
4.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA ATUAÇÃO FRENTE ÀS DEMANDAS DA APAE.....	50
4.2 VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO NA APAE DE SANTA MARIA – RS	55
5. CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXO A: FICHA SOCIAL	77
APÊNDICE A: FOLDER DE AGRADECIMENTO.....	78
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	79

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso – TCC, foi realizado como exigência para a conclusão do curso de graduação Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – RS, como requisito para a conquista do título de Bacharel em Serviço Social.

Pode-se observar que ao longo dos anos, tanto no Brasil quanto no mundo, houve uma série de transformações na forma de tratamento dispensada e nos direitos voltados para as pessoas com deficiência, através de avanços nas legislações e publicização desta discussão, porém, cabe ressaltar que ainda são muito evidentes as questões relacionadas ao preconceito e discriminação, principalmente no que diz respeito à inclusão na sociedade e no mundo do trabalho, pois ainda há a visão de que este segmento populacional não é capaz de realizar todas as atividades que outras pessoas sem deficiência realizam e a falta de apoio e vínculo familiar acaba por tornar-se um agravante nesta questão.

Desta forma, viu-se como relevante tratar desta temática apresentada e que está diretamente relacionada à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho e o fortalecimento de vínculos familiares, explorada a partir da experiência de estágio curricular na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e no projeto de intervenção elaborado no estágio curricular nível I e executado no estágio curricular nível II.

Inicia-se este trabalho a partir do capítulo 1, que se trata desta introdução, fazendo uma breve contextualização da temática que será abordada ao longo deste trabalho.

Neste sentido, o capítulo 2 apresenta um estudo sobre a conceituação da Pessoa com Deficiência, sua inserção na Política Nacional de Assistência Social e o desenvolvimento do movimento Apaeano, bem como de organizações atuantes no terceiro setor, que trabalham no sentido de possibilitar o acesso aos direitos das pessoas com deficiência de forma mais igualitária, onde as ações do Estado não alcançam ou são insuficientes, amenizando, de certa forma, as vulnerabilidades sociais.

No que diz respeito às legislações pertinentes ao tema, deve-se salientar que é possível observar a crescente evolução no campo das políticas públicas de proteção e inclusão voltadas para as Pessoas com Deficiência, traçando o caminho da efetivação da igualdade de direitos deste segmento populacional. Alguns destes avanços são de extrema importância e cabem ser ressaltados, a exemplo disso será apresentada a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A concepção da sociedade acerca do mundo do trabalho é um dos elementos centrais da exclusão social e que atinge diversos segmentos da comunidade, normalmente com pouca representação política e acesso ao trabalho. Tal exclusão se expressa, ainda, em barreiras culturais, educacionais, étnicas, econômicas e arquitetônicas, criando restrições por: classe, gênero, raça, religião, ideologia e capacidade física ou mental. Tais questões serão abordadas no Capítulo 3 do presente trabalho.

Outra questão relevante para a efetivação deste estudo será apresentada no capítulo 4, denominado “O Serviço Social na APAE de Santa Maria”, é o fato de o Serviço Social estar inserido diretamente no atendimento das demandas da APAE, enquanto Centro-Dia e do Centro Especializado em Reabilitação CER-II, e isto vem crescendo gradativamente de forma que o profissional precisa estar preparado e atualizado constantemente para minimizar as expressões da questão social, que são oriundas do atual contexto de exclusão social, enfrentando as dificuldades ainda encontradas no processo de inclusão no mundo do trabalho.

Tratando-se do desenvolvimento dos serviços institucionais e da atuação do assistente social, uma das principais características é que o profissional possa ter uma visão geral de como se desenvolve o trabalho em uma APAE e a partir daí planejar e organizar o seu próprio processo de trabalho. Fazer um estudo sobre a relação do Serviço Social e os direitos das pessoas com deficiência deve partir da garantia universal dos direitos, onde o assistente social manifesta seu compromisso com a democratização do Estado e da sociedade.

Ainda no capítulo 4, no item 4.2, denominado “Vivências de estágio na APAE de Santa Maria – RS” são detalhadas as atividades desenvolvidas durante o processo de estágio I e II e o projeto de intervenção executado com doze famílias usuárias dos serviços da APAE, onde foi abordado o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, identificando as barreiras e os caminhos a serem percorridos para a efetivação desta inclusão. Também foram desenvolvidas atividades de convivência com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares, trocar experiências com outros alunos já inseridos no mundo do trabalho e democratizar informações relacionadas ao processo de inclusão e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O último capítulo, de número 5, apresenta as considerações finais apreendidas sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, a partir deste período de vivências e da bibliografia consultada.

2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO APAEANO NO BRASIL

Ao apreciarmos o universo da pessoa com deficiência com um olhar atento, historicamente podemos observar que, na antiguidade, nascer ou tornar-se uma pessoa com tais características, implicava na condenação da pessoa à morte pelo grupo ou tribo ao qual pertencia. Somente não obedeciam a esta regra os povos que consideravam a pessoa com deficiência como um presente dos deuses.

Deste modo, podem-se observar conforme Alves (1992) nos salienta que, alguns povos com atitudes positivas, como por exemplo, o povo Tupinambá, que amparavam seus feridos e acidentados pelo período que fosse necessário, ou até mesmo por toda a vida; os Semangs, tribo da Malásia, onde as pessoas com deficiência eram procuradas para dar conselhos ou até mesmo para decidir disputas; os Ashantis da África, para eles as crianças com deficiência precisavam ser treinadas para serem arautos do Rei. Em contra partida desses povos, havia os que tinham atitudes negativas, como os Sirionos (nativos das selvas da Bolívia), que costumavam abandonar as crianças com deficiência devido às constantes movimentações da tribo; e os Astecas (México) que ridicularizavam seus deficientes colocando-os numa espécie de jardim zoológico¹.

É possível observar que a origem histórica e cultural da questão da pessoa com deficiência carrega consigo um forte estigma de preconceito e discriminação. Ainda, diante da ação ineficaz do Estado em promover e garantir políticas públicas sociais que assegurem a inclusão da pessoa com deficiência, o que fica evidente perante esta questão é que somente a partir deste contexto que as famílias se comprometem, buscando romper com os paradigmas e passando assim a encontrar soluções para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla possam ser incluídos socialmente e ter seus direitos garantidos.

Desta forma, perante esta conjuntura, surgem as primeiras associações de pais, familiares e amigos com uma visão mais positiva em relação à condição da pessoa com deficiência. Neste sentido, e a partir da inoperância do Estado tais famílias tomam para si o compromisso de educar e buscar pelos direitos, passando a trocar informações com outras famílias na mesma condição em cidades próximas, comunicando-se entre estados e até mesmo entre países, sempre procurando por melhores formas de viabilizar a inclusão social e também de lutar contra o contexto histórico de preconceito e rejeição construído ao longo dos séculos pelo sistema capitalista.

¹ ALVES, Rubens Valtecidos. Deficiente físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: Parma, 1992, p.19.

Foi então que, a partir do século XIX o chamado movimento Apaeano começa a se desenvolver no Brasil. As primeiras ações direcionadas para as pessoas com deficiência coincidem com o período histórico em que o país dava seus primeiros passos após a independência, traçava sua condição de nação e delineava o surgimento de sua instituição cultural. Anteriormente, as pessoas com deficiência eram confinadas pela família ou recolhidas às Santas Casas ou às prisões (JÚNIOR, 2010). Tal mobilização social passa a prestar serviços voltados para a área da educação, saúde e assistência social, para as pessoas que delas necessitarem. Este movimento constituiu uma instituição denominada de Associação de Pais e amigos dos Excepcionais – APAE, implantando uma rede socioassistencial que visa à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, seja ela múltipla ou intelectual. De acordo com a página online da APAE de Carlos Barboza, esta é a maior rede de atenção à pessoa com deficiência:

Atualmente, o conjunto formado pela Federação Nacional compreende 21 Federações dos Estados, 176 Delegacias Regionais e 1.733 APAE's filiadas que formam a grande rede do maior movimento filantrópico do mundo, na área de defesa de direitos, atendimento e garantia da qualidade de vida das Pessoas Portadoras de Deficiência (APAE de Carlos Barboza).

A fim de contextualizar, observou-se o período imperial no Brasil que compreende de 1822 a 1889, marcado pela sociedade aristocrática, elitista, rural, escravocrata e com limitada participação política, mostrou-se pouco propício à assimilação das diferenças, principalmente as das pessoas com deficiência. Assim, o Decreto n° 82, de 18 de julho de 1841, determinou a fundação do primeiro hospital destinado privativamente para o tratamento de alienados, o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia, o Rio de Janeiro/RJ. Durante o século XIX, os cegos e os surdos eram contemplados com ações para a educação. Somente em 1904, instalou-se o primeiro espaço destinado para crianças com deficiência.

Na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência e apenas expandiram, de forma modesta e lenta, os institutos de cegos e surdos para outras cidades. [...] Diante desse déficit de ações concretas do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE, 1954 apud JÚNIOR, 2010, p. 22).

Seguindo a linha evolutiva, origina-se em 1954 no Rio de Janeiro, através da união de pais, familiares e amigos, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais², que,

Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional (APAE de Suzano).

Assim, este movimento foi se desenvolvendo e se alastrando pelo território nacional. Ao final do ano de 1962, já contava com dezesseis instituições, sendo que destas, doze concentradas em São Paulo. Com a finalidade de realizar a primeira reunião nacional de dirigentes Apaeanos, reuniram-se os gestores destas APAEs, este encontro foi presidido pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krynsky conhecido por introduzir no Brasil o estudo da psiquiatria infantil. Assim, para melhor comunicação criaram em novembro do mesmo ano a Federação Nacional das APAEs. Com a conquista da sede própria, a Federação Nacional foi transferida de São Paulo para Brasília/DF (FENAPAES, 2008). A partir deste momento adotou-se como símbolo, o disponível na Figura A, a seguir:



Figura A – APAE – Símbolo Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Fonte: APAE Patos de Minas.

De acordo com a página digital da APAE de Patos de Minas, a marca da APAE foi desenvolvida no ano de 1961, por Roland Humberto de Matos, diretor de arte e criação de

² Uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest em 2006, a pedido da Federação Nacional das Apaes, mostrou que a APAE é conhecida por 87% dos entrevistados e tida como confiável por 93% deles. São resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesses esforços destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento.

uma das maiores agências de publicidade do mundo, a McCANN-Erickson, que possui sede em São Paulo - SP. Em relação à descrição, conforme o texto referido anteriormente pode-se dizer que a APAE é representada como peça central do símbolo, a figura da flor da margarida, com pétalas amarelas, no centro usa-se o amarelo ouro, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo, e a outra, de orientação; abaixo, partindo do centro, dois ramos de louro. Significado do símbolo APAE:

Mãos: são duas mãos brancas, uma que direciona e outra que ampara; Flor: margarida branca, simbolizando a força apesar da aparência frágil; Nome da APAE fica abaixo dos ramos (APAE Patos de Minas).

A palavra excepcional é utilizada para denominar aquilo que é ou envolve uma exceção, que ou quem apresenta alguma “deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental; que ou quem apresenta uma deficiência”. Então, seguindo essa linha de raciocínio, é evidente que ao perceber que uma criança é excepcional, é necessário delimitar em que ela é excepcional, portanto, esta definição serve para mostrar que este é um termo totalmente inadequado para definir uma pessoa com deficiência. (Dicionário Aurélio, Online)

Desta forma, é a partir do ano de 1985, que a expressão “pessoa portadora de deficiência” começou a ser usada na legislação, através da Lei nº 7.405/85, que tornou obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso, conforme a Figura B a seguir:



Figura B – Acessibilidade na Prática. O Uso do símbolo internacional de acesso. - Símbolo Internacional de Acesso. Fonte: FURRER, 2011.

De acordo Furrer (2011), conforme a NBR 9050³, tal desenho indica que os serviços, espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos são acessíveis às pessoas com deficiência (deficientes auditivos, visuais e cadeirantes) ou com mobilidade reduzida (idosos, gestantes e obesos). Assim, pode-se desmistificar a ideia de que o símbolo de acessibilidade representa apenas os cadeirantes.

³ Norma Brasileira - ABNT 9050, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

A instituição aqui referida atende usuários com deficiência intelectual ou múltipla. Pessoas com deficiência são aquelas que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, ou sensorial (visão e audição) os quais ocasionam o desenvolvimento de diversas barreiras, podem impedir a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Trata-se de um cidadão com os mesmos direitos de autodeterminação e possibilidades de usufruir das oportunidades disponíveis na sociedade. De acordo com a declaração da pessoa com deficiência, esta é definida por ser aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades, podendo apresentar uma ou mais deficiências, percebida ao nascimento ou adquirida ao longo da vida (ONU, 2011).

A expressão “deficiência intelectual” foi introduzida no ano de 1995, pela ONU – Organização das Nações Unidas. É possível observar que até metade do século XIX, esta questão, era tratada como loucura e as pessoas com este diagnóstico eram encaminhadas para hospícios. As primeiras pesquisas realizadas no Brasil, sobre a origem desta deficiência datam do começo do século XX, nesta época as pessoas eram denominadas de “idiotia”, entretanto, passou a ser tratada sob uma perspectiva educacional com tratamento diferente em relação aos hospícios do século XIX. A expressão “deficiência intelectual” significa que há um déficit no funcionamento do intelecto, mas não da mente (JÚNIOR, p 26, 2010).

Com o objetivo de darmos continuidade às definições e conceitos relacionados à instituição aqui referida, cabe salientar que esta se trata de uma ONG – Organização Não Governamental, filantrópica, ou seja, sem fins lucrativos, a partir desta informação passa a ser muito importante abordar e discutir tal temática, pois esta demanda se justifica a partir da atual lógica de inserção dos profissionais nos espaços de luta, e tem como principal objetivo a transformação social da classe subalterna e ao regime neoliberal que diariamente tem vivido a “ameaça” do retrocesso em tempo integral.

Devido à fragilidade da Constituição Federal de 1988 no tocante de políticas públicas de assistência, surge através do pensamento neoliberal pela solidariedade social o chamado Terceiro Setor, que se apresenta como um mecanismo de atuação que busca preencher as lacunas que o Estado deixa no que diz respeito aos direitos sociais. Montañó, (2010).

Atualmente pode-se dizer que a sociedade brasileira é composta por três setores, que sejam: o primeiro setor representado pelo Estado, que busca cumprir com as funções administrativas dos bens públicos, correspondendo assim, às ações públicas, tanto no âmbito Municipal quanto Estadual e Federal; o segundo setor, representado pelas empresas privadas que compõem o mercado e com fins lucrativos; e, por fim, o terceiro setor, nem público nem

privado, constituído de organizações sem fins lucrativos, atuando frente às lacunas deixadas pelos setores públicos e privados, buscando o bem-estar social da população.

Durante a década de 1970 e 1980, foram criadas as ONGs, através dos movimentos sociais e que tinham como finalidade suprir as necessidades sociais, nas instâncias em que o Estado falha com as suas responsabilidades, contudo é neste mesmo período, na década de 80, que os movimentos sociais entram em crise, pois é retirado o financiamento internacional e começam a ressurgir os sindicatos.

O terceiro setor passa a se constituir em um campo caracterizado por uma diversidade de pessoas e formas de organização. Neste momento devemos nos recordar dos anos 1990, onde no Brasil esse segmento obteve uma maior visibilidade perante o espaço político e na mídia, passando a ganhar expressão frente à discussão sobre sua regulamentação, o que ocasionou o surgimento em 23 de março de 1999 da Lei nº 9.790⁴, junto com o decreto nº 3.100, de junho de 1999, que qualificou as organizações do terceiro setor como parte da sociedade civil e do interesse público, sendo que esta lei foi suprimida pela sanção do Marco Regulatório do terceiro setor, Lei nº 13.109⁵ de 31 de julho de 2014, que dentre as principais mudanças estão, os deslocamentos para contratos de colaboração e fomento de alguns convênios, sendo que a cooperação será realizada de modo que o setor público delimite o instrumento da parceria e do fomento para ações trazidas pela organização da sociedade civil.

É evidente que as normas para escolha irão sofrer alterações, a partir do marco regulatório, deverá ocorrer um chamado público, além da alteração do tempo mínimo para o serviço prestado, teremos a alteração na forma de aquisição de materiais, equipamentos e contratar no tocante da aplicação de recursos públicos, assim como as regras para a prestação de contas. Desse modo pode-se dizer que o Estado transfere a responsabilidade de prestar o serviço, contudo, ainda é o principal agente fiscalizador.

A partir destas mudanças, muitas instituições deverão ter os seus próprios estatutos alterados para que possam contemplar as exigências da nova lei, pois se trata da aquisição de recursos públicos, e de qualquer forma a sociedade deverá ser a fiscalizadora do cumprimento

⁴ Lei 9.790, de 23 de março de 1993, regulamentada pelo decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, instituiu as organizações da sociedade civil de interesse público, entidades de direito privado, sem fins lucrativos, para, entre outras finalidades, nela descritas, a assistência social e a promoção gratuita da saúde e educação (SIMÕES, 2012, p. 416).

⁵ Lei nº 13.109, de 31 de julho de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999

dessas novas medidas, a fim de que não se tenha que manter um sistema que funciona conforme os interesses individuais em detrimento do coletivo.

Entre tantos acontecimentos que deram espaço para o neoliberalismo desenvolver mais uma estratégia de reestruturação do modo de produção capitalista, temos o terceiro setor que se articula como uma estratégia do governo e das instituições privadas, e acaba como uma forma de (re)filantropização no tocante da questão social, de acordo com Montaño, (2010). Entretanto é a partir do momento em que o neoliberalismo se utiliza da principal ideologia adotada pelos Estados capitalistas e é a partir deste momento que começam a se acentuar as questões de desigualdade social e torna mais intensa a divisão entre riqueza e pobreza, o que ocasiona um número significativo de pessoas que não conseguem se inserir no mundo do trabalho o que diminui também o acesso aos direitos humanos e sociais.

O desenvolvimento do terceiro setor e a comercialização dos serviços prestados à população constrói uma ideia de uma nova “questão social” em contrapartida dos seus desdobramentos. As contradições originárias do conflito capital X trabalho, essência da questão social permanece e o Estado responde às questões sociais de maneira precária reafirmando assim o comércio dos serviços sociais. Partindo desta lógica de raciocínio, podemos constatar que a (re)filantropização nada mais é do que (des)responsabilização do Estado, pois este não presta o serviço para a população e transfere para a sociedade civil a responsabilidade de suprir as necessidades sociais.

Nesse ponto, aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elemento que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que se desresponsabiliza Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às necessidades. (...) Nesse contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade (ALENCAR, 2009, p. 455-456).

Dessa forma faz-se necessário salientar que a organização do terceiro setor financiada pela administração pública em um formato de parceria ocasiona um desmonte e um recorte das políticas públicas. Obedecendo a esta lógica, a de (des)responsabilização e transferência das obrigações do Estado para a sociedade atrapalha o modo de conduzir a eficácia das políticas sociais. Essa forma de atuar, por parte da gestão pública representa apenas uma atuação paliativa sobre as demandas dos usuários, com a finalidade de torná-las seletivas e precárias.

A partir dos anos 70, no Brasil, os movimentos sociais surgem com suas reivindicações de políticas públicas e equipamentos coletivos e acaba por contribuir de forma

contundente para a construção democrática brasileira. Essa ação proporcionou um fortalecimento da sociedade civil e possibilitou sua participação em diversos setores da vida coletiva, dentre eles podemos ressaltar a luta por direitos civis e sociais, a descentralização política e administrativa e o reforço das instâncias regionais e locais de decisão. Desse modo, esse novo formato organizacional evidencia o desacordo entre a crescente complexidade do desenvolvimento social e as estruturas de representação e vinculação política, fato que contribui para acentuar a crise do regime militar. Neste sentido, Montañó esclarece sobre papel ideológico que o "Terceiro Setor" desempenha no fortalecimento das políticas neoliberais e a sua reciprocidade com o processo de reorganização do capital após a década de 1970. Ou seja, o desmonte das relações de trabalho, exime o Estado de exercer as ações de responsabilidade social, da regulação social entre o capital e trabalho. Contudo o Estado permanece como mecanismo de:

(...) consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro (MONTAÑO, 2010, P. 17).

Assim, conforme nos mostra Montañó (2010), o Terceiro Setor que deveria ser um espaço de participação social, é apenas um reprodutor da divisão social no tocante das políticas públicas e nas lutas dos movimentos sociais. Neste sentido cabe ressaltar que o interesse atual está diretamente relacionado à geração de empregos, pois, atualmente o principal setor a fomentar esta questão é o de serviços, pois, além do fato de os setores industriais e agrícolas terem evoluído tecnologicamente e não necessitarem mais de mão de obra humana em grandes quantidades, não se pode deixar de lembrar que o custo da geração de emprego nestes setores é muito mais alto.

O terceiro setor integra então, o setor de prestação de serviços, contudo quando se faz presente em áreas industriais ou agrícolas, atua principalmente através da prestação de serviços como formador profissional, capacitador e consultor. Outra questão a ser salientada está diretamente relacionada à reforma do Estado, ou seja, busca pela redução da execução das atividades que seriam atribuições exclusivas do Estado e da administração pública, dando abertura então para a terceirização dos serviços, que nada mais é do que contratar uma empresa que execute as atividades e o Estado age apenas como agente fiscalizador.

Neste sentido, conforme nos apresenta o autor Bresser Pereira (1998), o Estado deve se limitar a execução de atividades como criação de leis, justiça, manutenção da ordem, defesa do território nacional, diplomacia, arrecadação de impostos, etc. – à formulação de

políticas sociais e científicas, seu financiamento e, no plano econômico, à garantia da estabilidade e ao investimento em infraestrutura e serviços públicos. Já no tocante da execução direta de políticas sociais, especificamente, deveria ser transferida para entidades privadas sem fins lucrativos, ou, como diz o autor, para “organizações públicas não-estatais”, um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do terceiro setor.

2.1 CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS LEGISLAÇÕES

Para abordar o conceito da pessoa com deficiência é necessário fazer uma contextualização histórica, que deve partir do fim da II guerra mundial, as pessoas tomaram consciência de que as violências cometidas em nome das guerras não deveriam se repetir mais, e iniciaram um movimento que tinha por finalidade auxiliar na recuperação dos feridos de guerra, que por vezes tornaram-se deficientes.

No ano de 1945 é constituída a ONU - Organização das Nações Unidas, que tinha como principal função atuar para manter a paz entre as nações. O documento que assegura a fundação da ONU é a Carta das Nações Unidas, que depois foi aprovada pelos cinco membros permanentes (no ano vigente) do Conselho de Segurança, que eram: República Popular da China, França, A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido e os Estados Unidos da América e pela maioria dos outros 46 membros, dispõe em seu preambulo:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvimos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla (Decreto Nº 19.841, 1945).

Seguindo a linha cronológica e com a finalidade de assegurar as determinações da Carta das Nações Unidas, no ano de 1948 é criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo 25 referência, em seu inciso primeiro, à pessoa com deficiência, que durante este período era denominada “inválida”.

§1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (DUDH, 2009, p 13).

Este documento de valor inestimável, histórico e humanitário serviu como primeiro passo, para um melhor movimento das organizações relacionadas às pessoas com deficiência. Após os primeiros anos da década de 1950, gradativamente foram criadas instituições voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência em vários países, especialmente buscando por alternativas para a promoção de sua integração social e aperfeiçoamento dos profissionais técnicos para pessoas com deficiência física, auditiva e visual (GUGEL, 2007).

Ao nos remetermos a questões do direito internacional, houve uma carência no tocante de ações específicas sobre o direito à inclusão da pessoa com deficiência. Dessa forma mesmo com as resoluções da ONU do ano de 1971⁶ e de 1975⁷, não se podem observar muitas evoluções em relação às legislações no tocante em relação à pessoa com deficiência. Após estas datas, somente no ano de 1981 torna-se a observar alguns avanços materializados na Declaração do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, demonstrando a preocupação mundial com tal questão, contudo não houve maiores desdobramentos acerca da exclusão da pessoa com deficiência na esfera legislativa.

No tocante às legislações brasileiras em relação à integração social da pessoa com deficiência, o primeiro marco se faz presente nas Constituições de 1824 e de 1891⁸. Já na Constituição de 1934, como salienta o autor, “um embrião do conteúdo do direito à integração social da pessoa deficiente” (ARAÚJO, 1997, p. 58), ao assegurar através do artigo 138 ser obrigação da União, dos Estados e dos Municípios: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar. Dando sequência, nos anos que seguiram 1937, 1946 e 1967, por sua vez, não demonstraram muita evolução no tocante, restringindo-se a garantir o direito à igualdade e breve menção ao direito previdenciário em caso de invalidez do trabalhador (ARAÚJO, 1997, p. 60). Conforme evidencia o autor acima, foi através da Emenda nº12 à Constituição Federal de 1967, que se pode constatar uma verdadeira evolução em torno da garantia de direitos da pessoa com deficiência, acabou servindo de base para a criação de uma série de medidas judiciais.

Contudo, cabe salientar que o marco definitivo foi a Constituição Federal de 1988, que seguiu a evolução internacional e passou a assegurar os direitos da pessoa com deficiência em diversos dispositivos específicos, que são: artigo 5º, caput; artigo 7º, inciso XXXI; artigo 37, inciso VIII; artigo 203, IV e V; artigo 208, III; artigo 227, inciso II do parágrafo I e parágrafo

⁶ 1971 (Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental);

⁷ 1975 (Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes).

⁸ Constituição de 1824, no artigo 179, inciso XIII, que cuidou de garantir o direito de igualdade. Igual disciplina sucinta deu-se na Constituição de 1891, no artigo 72, § 2º.

II. No ano que seguiu foi editada a Lei nº 7.853 de 1989, que institui a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, bem como abordou dois novos pontos, o apoio às pessoas “portadoras de deficiência” e sua integração social.

Com o passar dos anos diversas medidas legais em relação à proteção das pessoas com deficiência foram sendo criadas, como exemplo temos: Lei n. 8.112/90 (Lei dos Servidores Públicos – previsão de reserva de vagas em concursos públicos – artigo 5º, § 2º); Lei n. 8.213/91 (Previdência Social - cota de vagas em empresas privadas – artigo 93); Declaração de Salamanca de 1994 (traz a concepção de educação inclusiva); Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - acesso à educação e especialização – artigo 4º, inciso III e artigos 58 a 60); Decreto Federal n. 3.298/99 (regulamentação); Convenção de Guatemala (Decreto n. 3.956/2001 - não discriminação).

Contudo, foi a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, no ano de 1993 que apresentou como conceito de deficiente a pessoa incapaz de exercer uma atividade laboral e de ter uma vida independente. Atualmente o conceito de pessoa com deficiência sofreu significativas transformações, e é através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, patrocinado pela Organização das Nações Unidas – ONU e aprovada pelo Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, de acordo com o §3º do artigo 5º da Constituição Federal e em contrapartida de emenda constitucional, ratificada em 1º de agosto de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que se evidenciam tais transformações.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008) apresentou para a sociedade brasileira o novo conceito de pessoa com deficiência. Já em seu preâmbulo a citada Convenção aponta diretamente para a necessidade de atualização constante deste conceito de acordo com cada novo cenário, contexto histórico, com vistas sempre para a sua dimensão social e cultural deixando de pensar na deficiência como algo intrínseco ao ser humano. Estes fatores irão nortear a criação de políticas públicas que virão garantir o acesso aos direitos para os cidadãos que delas necessitarem. Cabe salientar que este conceito é bastante moderno, pois aborda assuntos como o meio ambiente social como um fator que acentua a deficiência.

Ainda sobre a convenção, em sua primeira parte é possível perceber o reconhecimento da discriminação como um ato que viola a dignidade do ser humano, trata também sobre a importância da autonomia que a pessoa com deficiência deve ter para poder fazer suas

escolhas. Tal conceito se afirma a partir do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU 2011, p. 26).

Ao analisarmos com a devida atenção podemos definir como primeiro elemento a constituir o conceito “longo prazo” ao nos referirmos ao impedimento, pode-se dizer então que não necessariamente a deficiência tenha que ser permanente, até mesmo porque seria muito difícil prever mesmo com todo o avanço científico que temos na área da saúde, por quanto tempo pode perdurar a deficiência na vida de determinada pessoa. Não podemos deixar de salientar que ao longo do desenvolvimento da ciência irão surgir mecanismos que vão superar as limitações total ou parcialmente. Assim além de todo o caráter marcante a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ganha destaque histórico merecido nas legislações brasileiras, pois se trata do primeiro acordo internacional de direitos humanos aprovado nos termos do art. 5º, §3.º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

No ano de 1994, podemos observar a Lei nº 8.899 de 29 de junho, que dispõe sobre o passe livre em transporte coletivo interestadual para pessoas com deficiência. Já no ano de 1995, conforme a Lei nº 8.989 de 24 de fevereiro, aborda sobre o tema Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física. Esta Lei é modificada pela Lei 10.754 de 31 de outubro de 2003, que dispõe sobre a alteração do inciso 6º⁹ que trata das exigências sobre como deve ser o veículo e salientando que tais exigências não se aplicavam as pessoas referidas no inciso IV da Lei 10.690 de 16 de junho de 2003. Assim pode-se observar que ao garantir tais direitos, viabilizou-se o desenvolvimento da autonomia de muitas pessoas com deficiências físicas, pois puderam acessar automóveis adaptados, assim como auxiliou muitas famílias que necessitavam de um meio de transporte para garantir o acesso aos recursos de saúde.

⁹ § 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do caput deste artigo." (NR)

Conforme pode-se observar é somente a partir dos anos 2000, através da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro que passa a estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No ano seguinte observa-se a Lei nº 10.226, de 15 de maio de 2001, acrescenta parágrafos ao artigo 135 da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico. Entretanto é somente através do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que apresenta uma definição mais delimitada do que é de fato acessibilidade é uma:

“Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Dessa forma pode-se perceber que o decreto quer explicitar que acessibilidade se refere não somente a pessoas com deficiência, mas sim, ao fato de que uma mulher grávida deve conseguir acessar o transporte público de forma adequada, o idoso deve ter preferência por uma vaga de mais fácil acesso no estacionamento, um anão ou cadeirante que consegue acessar o telefone público para realizar suas ligações, enfim, visa definir que acessibilidade nada mais é do que a garantia plena do direito de ir e vir e permanecer. E cabe salientar que para esses segmentos da população a acessibilidade se faz mais necessária, o que não quer dizer que todos nós não precisamos dela.

Conforme podemos observar através dos resultados preliminares apresentados pela Cartilha do Censo demográfico 2010 do IBGE¹⁰, o Brasil possui 45.623.910 pessoas que apresentam, pelo menos, uma das deficiências pesquisadas, o que representa 23,92% da população total do país. Desde o ano de 2006 o questionário do censo vem sofrendo transformações, e para o ano de 2010 organizou-se um roteiro de perguntas a fim de obter respostas quanto à incidência de deficiência visual, auditiva, motora, mental e intelectual. Para as três primeiras opções de deficiência, foi posto como alternativa ao entrevistado o grau de severidade da deficiência “não consegue de modo algum; tem grande dificuldade; ou tem alguma dificuldade”. Para a deficiência mental não há essas opções. Observando os dados abaixo, vê-se que, do total da população brasileira, a maior incidência de pessoas com pelo menos um tipo de deficiência, 9,7%, ocorre na Região Sudeste, como consequência da maior concentração populacional. Em seguida vem a Região Nordeste, com 7,4%, a Região Sul,

¹⁰ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. OLIVEIRA, 2010.

com 3,2%, a região Norte, com 1,9% e a Centro Oeste, com 1,6%. Considerando o grau de severidade da deficiência visual, constatou-se que há, no Brasil, aproximadamente 528.624 pessoas cegas e 6.056.684 pessoas que enxergam com grande dificuldade. O total de pessoas com deficiência mental ou intelectual é de cerca de 2.617.025, o que representa 1,37% do total da população brasileira.

Desse modo se faz necessário ressaltar que conforme a população de pessoas com deficiência segue crescendo, se faz, cada vez mais, necessária à implementação de leis e decretos que viabilizem a inclusão social destas pessoas. Assim no tocante da educação pode-se observar que a Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, dispõe sobre o Programa nacional de inclusão de Jovens – Projovem, que foi instituído pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, esta lei visa elevar o índice de escolaridade, qualificar e preparar os jovens de 15 à 29 anos para ingressar no mundo do trabalho. Ainda com essa finalidade, cabe referenciar a Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, que trata sobre as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e objetiva a integração e a melhoria da acessibilidade e transporte tanto de pessoas quanto de cargas em todo o território nacional.

2.2 SITUANDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. É evidente que os debates em torno desta temática têm sido amplamente difundidos e naturalmente passam por transformações, abandonando a caracterização conservadora do profissional assistente social que faz caridade, para uma nova configuração do perfil profissional.

Esse novo modelo é assegurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, onde a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social; que é acompanhada, pela LOAS (BRASIL, 1993) e, por fim, pela PNAS de 2004 e pelas Normas Operacionais Básicas do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS, 2005; NOB-RHSUAS, 2006, e recentemente NOB-SUAS, 2012), bem como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de 2009, documentos/leis produzidos para normatizar, regulamentar e dispor sobre a oferta, aplicabilidade e execução dos serviços socioassistenciais.

Historicamente, as pessoas consideradas mais frágeis ou incapazes de executar tarefas do cotidiano englobam a maioria das pessoas com deficiência. Tratadas muitas vezes com

indiferença, a deficiência é consagrada como um estigma¹¹, que se efetiva através da segregação e acaba sempre sendo alvo da boa vontade das demais pessoas. Neste sentido, busca-se uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento desta política, no que diz respeito à prioridade e atenção ao atendimento de pessoas com deficiência numa perspectiva de ser uma importante ferramenta para transformar a realidade social das pessoas que a requerem.

Dessa forma, a cargo do Estado fica a criação de planos, programas e projetos, abrindo possibilidades para se estabelecerem parcerias com as ONGs e entidades do terceiro setor para a execução de ações, que possam materializar o que está proposto nos seus objetivos, nas diretrizes das principais legislações voltadas às pessoas com deficiência.

Contudo, a política pública é afetada pelo avanço do neoliberalismo, passando a ter um perfil universalista, celetista e focalista¹², tendo como consequência inviabilização de direitos dos usuários, pois, significa a priorização de uma parte específica mais vulnerável, faz uso da focalização como técnica responsável por possibilitar que a mediação atinja o nível de necessidade, de modo a viabilizar que o usuário obtenha algum benefício. Nesse sentido, este método deve ser eficaz para evitar os gastos sociais considerados excessivos, e deste modo impedir eventuais desperdícios, devendo o requerente sempre comprovar a sua condição de pobreza extrema (FARIA; FEIJÓ; SILVA, 2007).

Esse método de focalização possui baixo custo administrativo e, em geral, baixo vazamento, já que, muitas vezes, apenas indivíduos com rendas muito baixas se dispõem a incorrer no custo de participação, que inclui o tempo de espera para receber o benefício, filas e, em alguns casos, a baixa qualidade do produto oferecido. O método é conveniente para ajustar a cobertura rapidamente, em períodos de crise. Entretanto o nível de eficiência na focalização não é claro e precisa ser estimado caso a caso (FARIA; FEIJÓ; SILVA, 2007, p. 293).

Através desta perspectiva universalista, podemos entender que o Estado representa toda a sociedade, por isso deve direcionar a sua atenção a todos os indivíduos, independente do grupo social ao qual pertença, da renda, classe, cor, etc. No entanto, o caráter desta política retira os direitos sociais e os estigmatiza, selecionando-os em categorias, ação esta que só acentua a reprodução da desigualdade social.

¹¹ Segundo o Dicionário Aurélio online, estigma define-se por “marca, cicatriz perdurável”.

¹² Universalistas direcionam os recursos públicos a todos os cidadãos; as celetistas quem tem vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT brasileira. E as focalizadas seriam uma tentativa de redirecionar estes recursos para os mais pobres.

[...] A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público de legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. Nesse sentido marca sua especificidade no campo das políticas sociais exigindo que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e da garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (CRUZ; GUARERESCHI, 2009, p. 28).

Desse modo busca-se atender as demandas trazidas pela sociedade através da política de assistência social, com a intenção de minimizar os problemas sociais que se materializam através das expressões da questão social¹³, porém a inserção da assistência social enquanto política pública não contributiva, como direito do indivíduo e dever do Estado não eliminou o conceito de caridade, instituído historicamente pelas ações da Igreja Católica, praticadas pelas damas de “bom coração”, com ações voltadas para os pobres necessitados e os “Enjeitados¹⁴”.

Conforme Pereira (1996), a assistência social passa a assumir diferentes formatos ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que a qualifica como liberal-burguesa independente dos mundos, pois esta política se ocupará em atender as demandas referentes às necessidades humanas, sempre regidas pela lógica do mercado. Assim, antes da assistência social está direcionada a atender as demandas e necessidades sociais de alguns segmentos da população, esta é considerada como um produto direcionado aos conflitos de interesse entre o Estado e a sociedade no tocante a participação. Neste sentido, a assistência social “[...] tem sido, através dos tempos, muito mais a de apontar para ampliação de direitos e de denunciar, silenciosamente, as iniquidades sociais produzidas pelo mercado, do que revertê-las” (PEREIRA, 1996, p. 49-50). Frente a estas informações,

A assistência social, portanto, não é ação incompatível com as demais políticas sociais, muito menos com o trabalho. Na verdade, ela é condição necessária para que as políticas de atenção às necessidades sociais, engendradas pelos mecanismos excludentes do mercado, inclusive o mercado de trabalho, se efetive como direito de todos. Sem a assistência social, as políticas setoriais tendem a se elitizar, e se fechar na sua especialização e se pautar por critério que privilegiam mais a exclusão do que a inclusão social de sujeitos que, não obstante pobres são portadores de direitos. Isso porque, é ela quem tem o mister de lidar com os segmentos populacionais situados na base da pirâmide social e de se colocar como a via de denúncia da cidadania negada, no plano operacional, a estes segmentos (PEREIRA, 1966, p. 52).

¹³ [...] condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais [...], uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 156).

¹⁴ “Enjeitados” eram considerados como inválidos.

Assim, conforme já foi referenciado no item anterior, a assistência social através do reconhecimento da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, instituiu-se como política de assistência social pela PNAS/2004 e pelas Normas Operacionais Básicas do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS, 2005; NOB-RHSUAS, 2006) e recentemente NOB-SUAS aprovada Resolução Nº 33, de 12 de dezembro de 2012 e também pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009. Neste mesmo contexto a PNAS foi aprovada no ano de 2004 tendo como referência a constituição das políticas municipais e estaduais, apresentando como principais diretrizes a: descentralização político administrativa, a participação da população, a primazia da responsabilidade do Estado na condução desta política, a centralidade da família (BRASIL, 2004).

Neste sentido, por meio da PNAS, as pessoas com deficiência foram referenciadas legalmente, através de ações de maior estruturação técnica, atenção individual e especial. Dentro da perspectiva do SUAS, faz-se necessário destacar o Benefício de Prestação Continuada - BPC¹⁵, que passa a ser parte integrante da Proteção Social Básica acompanhado pela a Proteção Social Especial de Média/Alta Complexidade. De acordo com a PNAS, a Proteção Social Básica – PSB¹⁶ se forma como dispositivo, que tem por objetivo principal fortalecer os vínculos familiares e sociais, principalmente para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. Já a Proteção Social Especial – PSE está inserida como modalidade de atendimento social direcionada ao acolhimento de pessoas (crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência), que de algum modo, tiveram seus direitos violados e se encontram em risco pessoal e social em decorrência das adversidades como (abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual etc.), estando esta modalidade dividida em dois níveis: a Média e a Alta Complexidade (BRASIL, 2004).

Conforme podemos observar na PSE de Média Complexidade, pode-se dispor de serviços voltados às famílias e pessoas que tiveram seus direitos violados, contudo ainda mantém os vínculos familiares e sociais, necessitando de atenção especial e atendimento

¹⁵ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e pelos Decretos nº 6.214/2007 e nº 6.564/2008. Tal benefício passa a vigorar apenas em 1996 e trata-se de um pagamento mensal de um salário mínimo, para pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos de idade que comprovem ter a sua renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Por este ser um benefício não é necessário que o solicitante tenha contribuído para a Previdência Social para poder ter acesso ao mesmo.

¹⁶ A proteção social básica destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade, por deficiências. Cabe salientar que na PSB as ações são direcionadas para as famílias que ainda não romperam com os vínculos sociais e familiares. (BRASIL, 2004). Dentre seus programas, benefícios e serviços estão, o BPC, Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF e o Programa Bolsa família.

individual com um acompanhamento sistemático e monitorado. Na PSE de Alta Complexidade, destina-se a atenção integral do usuário, que estão com os vínculos rompidos, portanto sem atenção familiar, necessitando deste modo, de proteção integral para manter sua sobrevivência (moradia, alimentação, higiene, benefícios sociais etc.) (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a fim de superar as barreiras da inclusão da pessoa com deficiência, que muitas vezes são apenas questões estruturais do espaço social em que vivemos, a Política de Assistência Social no dia 11 de novembro de 2009, aprova a Resolução nº 109, denominada Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que visa padronizar os serviços e atualizar os programas contidos na PNAS e na NOB-SUAS, a partir desta resolução se avança muito no tocante do que está previsto na PNAS e define de forma mais evidente o que deve ou não ser assegurado pelos Serviços voltados para as Pessoas com Deficiência nos níveis de complexidade Básica e Especial de média e alta complexidade. Conforme podemos observar dentro do Serviço de Proteção Social Básica temos,

[...] no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas – Descrição: O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (BRASIL, 2009, p 25).

Sobre a Proteção Especial,

[...] para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Descrição: Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2009, p. 37).

Proteção especial de Alta complexidade nos diz que,

[...] serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. [...] Para jovens e adultos com deficiência: Acolhimento destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. É previsto para jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência (BRASIL, 2009, p. 45 e 44).

Este documento abarca uma série de informações relacionadas ao processo de acolhimento, informação, orientação e inserção nos serviços da assistência social, tais como

socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sócio familiar.

3. O MUNDO DO TRABALHO E SUAS METAMORFOSES

Desde o surgimento do modo de produção capitalista, da divisão da força de trabalho dos meios de produção e da propriedade, teve como consequência uma significativa revolução econômica, pois, a partir do momento que o objetivo passou a ser a obtenção cada vez mais lucro com o mínimo de investimento, criaram-se novas técnicas e cada vez mais eficientes de execução do trabalho. Tais transformações representam um impacto significativo para o mundo do trabalho, como por exemplo, profissões se extinguindo, aumento das desigualdades sociais, uma exigência cada vez maior em relação à qualificação da mão de obra, o que reforça a ideia de o quanto o mundo do trabalho se encontra em constante transformação.

Portanto, conforme Antunes (2000), o capitalismo se estabelece como prática econômica a partir do desmonte do feudalismo e principalmente a partir do século XIX com a Revolução Industrial, na Inglaterra, que agrega ao processo de produção as primeiras máquinas capazes de executar as tarefas que antes eram atribuições exclusivas do homem, o que trouxe como consequência um aumento na produtividade, além de se tornar um propício momento para o êxodo rural, pois com o surgimento das cidades e a oferta de moradias por parte dos donos das fábricas, que ainda necessitavam de mão de obra barata para manusear as máquinas, tornou-se atrativa a possibilidade de mudança do campo para a cidade.

Por se tratar de um modelo de produção que se mantém através da exploração de uma classe sobre a outra, são óbvias as contradições e injustiças por ele ocasionadas. Assim, no decorrer de sua trajetória o capitalismo se caracteriza por momentos de expansão e retração, além das transformações sofridas na organização do trabalho, assim como na classe trabalhadora, são fatores que tencionam as relações e força o capital a desenvolver mecanismos a fim de que possa superar sua crise.

O aumento do interesse pelo lucro, o desenfreado aumento da exploração da força de trabalho, associado ao maior número de trabalhadores que perderam os seus meios de subsistir, ocasionou uma impressão de que a culpa do desemprego era a inserção das tecnologias, o que não os permitiu fazer uma análise mais completa sobre o desenvolvimento do processo industrial e por consequência não conseguem perceber quem é o verdadeiro inimigo de classe. Assim, no Manifesto do Partido Comunista observou-se a seguinte afirmação:

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais

monótona, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência (MARX e ENGELS, 1998, p.5).

Contudo, a partir destas transformações sofridas pelo processo produtivo, onde a mão de obra humana passa a dominar a forma de produção mecanizada, a contar deste período, onde se utiliza a ciência como técnica de produção que esta passa a dar condições, no início do século XX para ocorrer a Segunda Revolução Industrial. Esta, diferentemente da primeira se caracteriza pela implementação de novas tecnologias, que são resultado de um conjunto de alterações técnico-científicas decorrentes da necessidade de transformação tecnológica do capital, de modo que cada vez mais se obtenha lucro em detrimento das más condições de trabalho.

Desta forma, Frederick Taylor, no final do século XIX, conforme evidencia Antunes (2000) desenvolveu uma organização científica do trabalho, onde este racionalizou e dividiu a categoria trabalho de acordo com a sua compreensão entre, engenheiros e técnicos e no setor de execução os operários. Portanto Taylor propôs então, uma racionalização na execução das tarefas dos operários, pois, desta forma poderia combater o desperdício de tempo. Assim, umas das formas de racionalização, com a finalidade de eliminar movimentos que prolongassem a execução das tarefas, Taylor programa o parcelamento das tarefas: onde a partir desta nova imposição, cada operário faz um número de gestos limitados e repetidos incansavelmente ao longo de suas jornadas extensas de trabalho e que é claro, não necessita de qualificação específica.

Anos mais tarde Henry Ford, proprietário da indústria automobilística que leva seu nome, cria uma nova estratégia para a organização da produção utilizando métodos tayloristas. Tal nova organização de produção, veio para responder ao grande crescimento das demandas, fez uso da “produção em massa”, que reduz o custo da produção, e como consequência reduz o preço de comercialização dos automóveis. Pode-se salientar então que enquanto o taylorismo transforma as tarefas o fordismo as recompõe e cria as linhas de montagem. Com a finalidade de reduzir o tempo de adaptação dos componentes e a fim de evitar o desperdício, Ford passa a padronizar as peças, então, adquire peças que fabricam peças e passa assim a possuir o controle do processo de produção. Após tais transformações de suma importância no tocante da organização, Ford segue implementando novas tecnologias, e aumenta significativamente os lucros com seus novos meios de produção.

Neste sentido, as demais empresas são forçadas a adquirir as novas transformações, sob pena de serem expulsas do mercado, tornando assim o fordismo dominante. Contudo,

quando todas as empresas adotam o mesmo modo de produzir, cria um mercado extremamente competitivo e passam a não investir nas melhorias das condições de trabalho, o que faz com que o trabalhador se questione, pois os coloca em uma condição de trabalho degradante.

Assim, de acordo com Antunes (2000), nos anos 70 temos o início da crise do fordismo, e no início dos anos 80, abre-se espaço para o surgimento de um novo modelo de acumulação denominado toyotismo. Este modelo foi criado no Japão e implantado progressivamente pela Toyota durante a década de 1950 a 1970 e se disseminou pelo mundo na década de 1980, neste novo modelo o que determina a produção é o fluxo da comercialização. Assim todo o desperdício é contido pela Toyota.

Neste contexto, com o objetivo de atender de forma mais direcionada as exigências do mercado, na produção em menor tempo, mas com uma melhor qualidade, ocasiona a flexibilização da organização do trabalho, pois os operários trabalham em equipes para executar as tarefas o que substitui o desmembramento de tarefas característico do fordismo. É rompida a relação de um homem opera uma máquina, passando a designar que o trabalhador operasse em média cinco máquinas, que significa uma exigência maior de qualificação, e em contrapartida significa a exploração do trabalhador, pois executa diversas tarefas simples ao longo de sua jornada de trabalho.

Assim, mediante a tantas violações dos direitos trabalhistas, privatização do Estado de acordo com a lógica do mercado liberal, com a flexibilização das relações produtivas e de trabalho, a reestruturação do processo de produção, tudo em conformidade com o modelo toyotista que se encontrava em pleno desenvolvimento neste período, deste modo os empregadores aproveitaram bem o enfraquecimento das organizações trabalhistas, levando em conta também o excesso de mão de obra, assombrada pelo desemprego. É a partir deste momento que se começa a reestruturação produtiva, dando início a um profundo e completo processo de mudanças nos meios de produção.

Neste sentido a gestão anteriormente vertical é substituída pela horizontalidade das equipes de trabalho, que são extremamente exploradas tanto intelectualmente, quanto em sua força de trabalho. Assim o controle rígido da produção é substituído pelas linhas de controle de qualidade que são aplicadas em cada etapa do processo, o que dá impressão de que os avanços tecnológicos e as informações são democráticos e viabilizam a participação do trabalhador no processo produtivo.

Essa nova estrutura econômica e ideológico-política do capital, amparada pelo ideário neoliberal e pelo crescimento da comercialização e pelo crescimento do lucro capitalista, na

tocante da reestruturação produtiva que foi proposta pelo modelo de acumulação flexível, marcou a partir dos anos 90 profundamente o capitalismo, acentuando suas características mais perversas neste início de século.

Na contemporaneidade, onde tudo gira em torno do capital, onde as transformações nos padrões de acumulação obedecem à fragilidade do rápido crescimento científico e tecnológico, tudo é flexível, e as mudanças precisam ocorrer de forma que atenda as demandas do cliente, contudo, neste modelo nada é permanente, nem as vagas de emprego, nem os trabalhadores, muito menos mecanismos que assegurem a qualidade de vida e no processo de trabalho. Neste sentido cabe ressaltar que neste modelo tudo deve obedecer um curto prazo, os investimentos são poucos, visando uma reprodução do capital financeiro, com isso a produção e o consumo também serão mais rápidos, por consequência a durabilidade destes bens é muito menor, o que atende a necessidade do capital internacional que é de estar sempre sendo consumido.

Neste sentido faz-se necessário salientar que neste período estamos diante de um novo formato do capital, que se constitui um novo mundo do trabalho, caracterizado por relações cada vez mais dinâmicas, fragmentadas e efêmeras, e por vezes chega a ferir o limite da legalidade e dos direitos humanos. Esse modelo capitalista do século XXI, mais do que em qualquer outra época, explorou ao máximo a força de trabalho dos homens e os alienou nas formas mais diversificadas de postos de trabalhos precarizados, com carga horária parcial ou muitas vezes terceirizados, sem proteção social, muito menos vínculos empregatícios.

Dessa forma pode-se dizer que o capitalista quer se apropriar da força de trabalho e extrair tudo dela, a fim de que possa garantir o crescimento do capital. Assim podemos observar as palavras de Marx, que nos diz,

Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante [...] a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna. [...] Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista (MARX, 1989, p. 262).

Assim, como o capital não pode subtrair o trabalho vivo do capital variável, pois é somente através do trabalho socialmente necessário para a fabricação de mercadorias que se produz o valor, pois ele tira do homem o seu tempo livre, impõe necessidades e valores, e acaba criando algumas necessidades e valores mundiais, ainda exige que o trabalhador

acompanhe o desenvolvimento contemporâneo se adequando e qualificando para as exigências dos tempos modernos, conforme podemos observar no filme de Charles Chaplin¹⁷.

Na busca desenfreada pelo controle dos mercados em especial do mercado financeiro, o modo de produção capitalista exige do trabalhador competências e habilidades de um mundo mais moderno, exigindo e responsabilizando o trabalhador pela sua qualificação profissional e pessoal a fim de que possa se ajustar aos novos tempos. Pode-se dizer então que este é o período das multifunções e do desenvolvimento do trabalho em grupo, o que nos dá a impressão de que se você não obtém sucesso no mercado de trabalho, a culpa é sua, pois não se qualificou suficientemente, e não se adaptou aos tempos flexíveis e como consequência não consegue sua inserção no mundo do trabalho.

3.1 INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL

Conforme os dados do IBGE, estabelecendo um quadro comparativo entre o censo do ano 2000 e de 2010, fica evidente um aumento considerável no número de pessoas com deficiência no Brasil, assim podemos observar nos anos 2000:

[...] o segmento das pessoas com pelo menos uma das deficiências abrangia um contingente de 24 600 256 pessoas não institucionalizadas, ou 14,5% da população brasileira. Em 2010, esse número subiu para 45 606 048 de pessoas ou 23,9% da população total. As mudanças realizadas pelo IBGE no método de investigação das deficiências podem ter causado parte do aumento de 12,4 pontos percentuais sobre o número de pessoas e influenciado outras características da população com deficiência (OLIVEIRA, p.12, 2012).

Ainda sobre as transformações ocorridas entre os anos 2000 e 2010 devemos salientar a queda na taxa do analfabetismo que, conforme a cartilha referenciada acima foi de 13,6% para 9,5%, contudo na população feminina foi mais marcante, pois caiu de 13,5% para 9,3%, enquanto na masculina caiu de 13,8% para 9,9%.

No que tange à inclusão da PcD é possível observar, nas últimas décadas, avanços na proposição de dispositivos legais e de políticas públicas. Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que seria o “Ano Internacional da Pessoa com Deficiência”. Sua finalidade era chamar a atenção para a necessidade de se criar planos e ações que enfatizassem a necessidade da igualdade de oportunidades, direito à prevenção e reabilitação das pessoas com deficiências.

Na contemporaneidade, observa-se que o conceito de pessoa com deficiência não é de fácil delimitação, devido às suas constantes transformações e grande abrangência. Neste

¹⁷ Charlie Chaplin é um dos atores britânicos mais famosos do cinema mudo, em seu filme Tempos Modernos, satiriza o mundo moderno e industrializado da década de 30, criticando explicitamente a exploração do trabalhador após a Revolução Industrial, com uma clara referência ao modelo fordista de acumulação capitalista.

sentido, pode-se dizer que a pessoa com deficiência possui limitações físicas, sensoriais ou mentais, de natureza permanente ou transitória, que limita ou impede que a pessoa exerça atividades da vida diária e também do convívio social. Desse modo, cabe salientar que esta questão não se limita então as barreiras físicas, mas se estende também na questão da inclusão social.

É evidente que o acesso aos direitos, para as pessoas com deficiência estão previstos em lei, conforme podemos observar na Constituição Federal em seu Art. 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. Contudo ainda é possível observar que na prática existem muitas barreiras a serem rompidas, a fim de que se efetive a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Dessa forma faz-se necessário a criação de programas educacionais e de sensibilização dos trabalhadores, com a finalidade de promover uma melhor integração entre os profissionais, pois ainda é muito latente a questão do preconceito.

Conforme a Lei nº 8.122, de 11 de novembro de 1990 determina que 20% das vagas de concursos públicos sejam destinadas às pessoas com deficiência. Em 1991, através da Lei nº 8.213 de 24 de julho, que ficou conhecida como a Lei das Cotas, onde ficou determinado que as empresas privadas, com 100 funcionários ou mais, são obrigadas a assegurar vagas para pessoas com deficiência no seu quadro de funcionários; as cotas variam de 2 a 5% dos postos de trabalho (de 100 até 200 funcionários, 2%; de 201 até 500 funcionários, 3%; de 501 até 1000 funcionários, 4% e de 1001 funcionários em diante, 5%). Entretanto, somente no ano de 2012 que foi aprovada a Lei nº 12.711, que determina que as universidades federais devem destinar 50% de suas vagas para estudantes autodeclarados negros, pardos, indígenas, pessoas com baixa renda, com rendimentos de até 1,5 (um salário mínimo e meio) per capita.

Conforme o Ministério do Trabalho e do Emprego, a fiscalização da Lei das Cotas se dá de duas formas, de um lado o Ministério do Trabalho e do Emprego através de suas superintendências regionais, onde o descumprimento das legislações resulta em multas, em contrapartida o Ministério Público, estabelece compromissos com as empresas e caso não haja acordos, inicia os processos judiciais.

Assim nos anos 2000 o então deputado Paulo Paim, encaminhou um projeto de Lei nº 7.699/2006, denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência, que veio ser aprovado pelo Senado no ano de 2006 e culminou na criação da Lei 13.146/2015, denominada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Dentre as inovações trazidas pela nova lei podemos salientar que se deu uma atenção especial

para as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência social e transporte. No tocante da capacidade civil, garantiu as pessoas com deficiência o direito de se casar e exercer os direitos sexuais e reprodutivos conforme é garantido para as demais pessoas. Foi aberta também a possibilidade de que (com o auxílio de familiares) possam tomar decisões de ordem patrimonial e negociações. Tratando-se da inclusão escolar, conforme se pode observar nos dados referenciados acima que esta mudança foi bastante significativa, pois, assegurou a inclusão em todos os níveis de ensino, estabeleceu um projeto pedagógico que institucionalizou o atendimento especializado, com a possibilidade de se obter uma profissional para dar apoio, sem a cobrança de taxas adicionais por este serviço.

Contudo ainda cabe ressaltar que os avanços no tocante da inclusão são bastante limitados. Historicamente a proteção dos direitos da pessoa com deficiência é um acontecimento muito recente, que se constitui a partir da elaboração de legislações das quais temos registro apenas dos últimos 40 anos, salientando que anteriormente eram feitas observações muito específicas e sem muita eficiência tendo em vista o preconceito que ainda é bastante latente na sociedade.

Atualmente, em um âmbito geral, as normativas que tratam sobre o acesso aos direitos sociais passaram a destinar uma atenção voltada para a realidade da pessoa com deficiência, contudo, conforme nos salienta Faleiros (2006), há uma dicotomia entre exclusão e inclusão, pois entre ambas existe uma correlação de forças que se estabelece dentro da sociedade capitalista, podendo-se afirmar, então, que uma não ocorre sem a outra, pois para haver a inclusão, primeiramente deve-se ter a exclusão do indivíduo.

Dessa forma, pode-se dizer que, conforme Faleiros (2006), que neste contexto a exclusão social é observada como negação da cidadania, da garantia da efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, ambientais e de igualdade de gênero, território, raça e etnia. O autor salienta ainda que a exclusão nada mais é do que um processo dialético, decorrente do histórico de exploração e dominação, que viabiliza uma série de vantagens para uns e exclui outros. Dessa forma cabe salientar que a inclusão se apresenta como forma contrária aos princípios pregados pelo neoliberalismo. Além disso, “a perda [...] [da] inclusão, típica da modernidade capitalista, também desestruturou as referências a direitos garantidos, pois os direitos da cidadania expressam as relações sociais” Faleiros (2006).

Assim, cabe evidenciar que inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas. Faleiros (2006) salienta ainda que, esta relação entre inclusão/exclusão também diz respeito a maior ou menor dependência de instituições públicas, aos rendimentos, ao valor dos rendimentos, à qualificação ou

desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, à solidez ou degradação moral, à periferização/centralidade no território, à posse ou desapossamento da terra e ativos, à discriminação/aceitação, à violência maior ou menor, às condições de nacionalidade, raça, etnia, ou conforme a escolha que a pessoa faça em relação ao seu modo de conduzir a vida.

Diante das afirmações feitas pelo autor Faleiros (2006) direcionou-se a análise baseada na argumentação de que se tenta limitar a questão da desigualdade social ao termo usual “inclusão e exclusão”, que foi bastante adequado. Observa-se, então, que a delimitação desses conceitos não dá conta desta expressão da questão social, pois esta é uma demanda bastante complexa. Ou seja, não se deve acreditar que a questão da exclusão e inclusão e todos os elementos que a envolvem pode ser resolvida simplesmente a partir de medidas setoriais e segmentadas como se faz, por exemplo, com pessoas com deficiências, idosos, os pobres, dentre outros.

Em suma, seria como se a inclusão/exclusão não fosse parte integrante de um sentido mais abrangente, como por exemplo, a questão social, como parcela composta pelo modo de produção capitalista, uma vez que o conceito acaba se reduzido a simples ideia de que ao excluído, é suficiente apenas ser incluído através de uma política social pública, para que o problema seja resolvido. Ao adotar-se tal postura, não se estaria considerando o fato de que este fenômeno faz parte de um todo bastante complexo, e por isso, somente poderá ser amenizado com a eliminação do próprio modo de produção.

Tal perspectiva elimina a visão de totalidade, o que a torna uma peça importante para a lógica do mercado capitalista, uma vez que possibilita a cada indivíduo o pensamento de que pode ser incluído socialmente. Contudo ainda cabe salientar que a inclusão está diretamente ligada a noção de cidadania plena unida ao sentimento de emancipação, onde seria o fim da sociedade de classes, e poderiam também desfrutar da cidadania, uma vez que não seriam nem excluídos e nem incluídos, seja por não possuir aptidões ou direitos.

Contudo, faz-se necessário salientar que as políticas sociais como via de acesso aos direitos se apresentam como um grande avanço dentro da forma de sociabilidade capitalista, uma vez que o modo de produção capitalista tem continuamente buscado formas para tentar impedir a efetivação da cidadania plena, imprimindo na sociedade civil a naturalização da “cultura da pobreza”.

3.2 FAMÍLIA: FORTALECIMENTO E RESISTÊNCIA

O nascimento de uma criança é sempre motivo de alegrias, pois apesar das dificuldades, uma vida nova às vezes traz esperança de dias melhores. Contudo, o nascimento de um filho com deficiência, naturalmente vem acompanhado de muitas dúvidas, receios e insegurança, entretanto neste momento é necessária muita atenção, paciência e calma para começar a solucionar as questões que irão se desenvolver, e o modo com que a família trabalhará com cada uma das adversidades que irão surgir. A forma com que cada indivíduo irá lidar com este fato irá incidir diretamente na construção da identidade deste grupo familiar, e por consequência na identidade de cada um dos membros desta família.

Atualmente em nossa sociedade, culturalmente não somos estimulados a perceber as diferenças de modo a não causar constrangimento para as pessoas. Portanto as questões que envolvem ter um filho com deficiência e os impactos que ocasionarão para as famílias irão fazer com que a família se obrigue a desconstruir seus modelos de pensamento e adquirir novos conhecimentos, de forma que possa recriar um novo modo de pensar a pessoa com deficiência. Neste sentido o primeiro desafio é a compreensão e superação do conceito de doença, desde a revelação do diagnóstico, da reação das famílias e até chegar à inclusão de fato.

Pode-se dizer que a família é o primeiro grupo social no qual somos recebidos e é através da família que temos o primeiro contato com o mundo, a partir deste momento, passa a receber orientações e informações que irão futuramente dizer o que somos e o que a sociedade espera das pessoas. Trata-se de uma unidade básica de desenvolvimento, crescimento e experiência, onde ocorrem todos os tipos de situação, como por exemplo, problemas de saúde, sucesso, fracasso. É um sistema complexo que é nutrido por interações que irão determinar um desenvolvimento saudável ou não das pessoas que compõem o grupo familiar. O autor Buscaglia (1997, p. 78), nos traz um conceito acerca de família,

[...] desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e social, no estabelecimento da cultura e das instituições. Como influente força social, não pode ser ignorada por qualquer pessoa envolvida no estudo do crescimento, desenvolvimento, da personalidade ou do comportamento humano.

Contudo, conforme pudemos observar nos últimos anos a família vem apresentando uma mudança em sua estrutura organizacional. Conforme é possível observar, na atualidade,

podemos encontrar famílias geridas apenas por mães chefes de família, às vezes por pais, tudo isso fruto de casamentos desfeitos, e também por pai e mães solteiros e homossexuais.

Em suma, há atualmente uma pluralidade nas composições familiares, que nada mais é do que um reflexo da transformação que a sociedade vem sofrendo, na tentativa de adequar-se as expressivas mudanças sociais. Contudo pode-se observar que em meio a tanta diversidade desta estrutura denominada família, ainda existe uma parte que apresenta uma forma de organização estável, onde os papéis de cada um dos membros são definidos, juntamente com as regras de convivência estabelecidas demonstrando valores comuns. Neste sentido Buscaglia, (1997, p. 79) afirma que “[...] quando estes aspectos são coerentes, verifica-se uma redução dos problemas, da carga da tomada de decisões e da necessidade de modificações básicas na estrutura familiar”.

Outra questão importante, que não pode deixar de ser referida, é o fato de que muito embora as famílias sejam constituídas como um grupo único e estão em constantes transformações, pois, se encontra em um contexto social maior, tendo como um primeiro braço deste prolongamento é a comunidade da qual pertencem e assim sucessivamente. Em suma, pode-se dizer que se iniciam, com avós, pais, filhos, tios, contudo conforme as relações vão se transformando agrega-se, maridos, namoradas. Além desta família “comum”, as relações vão se multiplicando, pois, também temos os vizinhos, amigos de longa data, que também compõe este grupo familiar, e assim constituindo novas configurações familiares denominadas de arranjos familiares, que pode ser constituída ou não por laços sanguíneos, chegando até a sociedade como mais um dos prolongamentos que se apresenta como contexto social maior.

Cabe ressaltar que os grupos familiares, dos quais falaremos abaixo, todos são afetados pelas determinantes sociais, por assim dizer, o contexto social no qual estão inseridos, irão exercer influências diretas ao grupo familiar. Porém, por vezes tais valores podem estar vestidos de preconceitos¹⁸, o que irá disseminar dor e sofrimentos para determinados grupos.

A família, de uma forma geral, é uma instituição fundamental para a constituição e consolidação da cidadania, tem como funções principais educar, cuidar, amparar, dar afeto e atenção aos membros que a ela pertencem. Conforme nos mostra o Art. 4º da Lei nº 8.069 de

¹⁸ Conforme Buscaglia (1997) nos diz “que ao preconceito pode ser direcionado à raça, cor, religião, condição, ao status social e até mesmo a diferenças físicas e mentais, o que irá influenciar de forma bastante significativa no comportamento da família”.

13 de julho de 1990 que diz: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Através do desenvolvimento e das transformações sofridas pela sociedade é possível observar a formação de diversos arranjos familiares, os quais abordarão a seguir, tais como, famílias nucleares, extensas, homoafetivas, monoparentais, reconstituídas entre outras, além da possibilidade fazer uma análise sobre a evolução das legislações referentes à família, que buscam acompanhar as dinâmicas transformações.

Conforme referido anteriormente, o conceito de arranjo familiar pode ser compreendido pela formação da família, que pode ser composta ou não por laços sanguíneos, que convivem sob na mesma casa, de modo que a forma de organização, as funções exercidas e as relações de afeto determinem a qual configuração familiar está inserida. Neste mesmo passo, o direito da família busca se constituir de maneira mais sólida baseado no que há de mais atual no tocante das legislações. A execução e a concessão deste direito devem estar em conformidade com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações ligadas aos assuntos pertinentes ao direito de família. Segundo Dias (2007, p. 50),

é no direito das famílias onde mais se sente o reflexo dos princípios eleitos pela Constituição Federal, que consagrou como fundamentais valores sociais dominantes. Os princípios que regem o direito das famílias não podem distanciar-se da atual concepção da família dentro de sua feição desdobrada em múltiplas facetas.

Na atualidade, o que vai caracterizar a família não é mais a celebração da união como casamento ou do envolvimento de caráter sexual, mas sim se identifica pelo afeto e carinho que envolve o relacionamento. A afetividade é o principal sentimento que passa a sustentar a formação dos relacionamentos conjugais. Sobre isso, Dias (2007, p. 68) demonstra que “o elemento distintivo da família, é a identificação de um vínculo afetivo, a unir as pessoas, gerando comprometimento mútuo, solidariedade, identidade de projetos de vida e propósitos comuns”. Dessa forma ressaltam-se algumas transformações ocorridas nas funções da família dentre elas: cresce a autonomia feminina, a mulher garante o seu direito de optar ou não por ter filhos, assim como passa a chefiar as famílias.

Nos últimos anos, conforme Mello (2006, p. 502), foram destacadas cinco tendências nas funções, formação e estrutura da família,

1) elevação da idade média das mulheres em seu primeiro casamento e no primeiro parto, o que tem retardado a formação de novas famílias; 2) diminuição do tamanho das famílias e dos lares; 3) aumento das responsabilidades financeiras dos pais, que passam a ter dependentes mais jovens e também mais velhos; 4) elevação do número de lares chefiados por mulheres; e 5) maior participação das mulheres no mercado de trabalho formal e modificação na balança de responsabilidade econômica nas famílias.

As famílias se reorganizaram, e caracterizam-se pela união afetiva entre as pessoas, com filhos ou não, que se unem, mas não para o resto da vida, como antigamente, permanecem juntos por um período, e na grande maioria das vezes termina em separação. É então a partir destas transformações sociais que, ocasionam o crescente número de divórcios, a diminuição dos casamentos formais, a redução do número de filhos e do desejo das mulheres de serem mães. Cabe ressaltar que todos estes elementos são extremamente relevantes no tocante da contribuição para o surgimento de novas configurações familiares.

De acordo com Kaslow apud Szymanski (2008), as novas configurações familiares se classificam em: família nuclear; pai, mãe e filhos. Extensa; inclui três ou quatro gerações. Adotivas: bi-raciais ou multiculturais. Monoparentais; chefiada só por um dos genitores. Reconstituídas; após a separação conjugal. Casais; sem filhos. Casais homossexuais; com ou sem crianças; E também com várias pessoas vivendo juntas, sem laços consanguíneos, mas com forte comprometimento mútuo.

Dessa forma, ao nos referirmos a inclusão das pessoas com deficiência, faz-se necessário uma mudança no pensamento da população e na estrutura da nossa sociedade, contudo tais transformações são gradativas e devem iniciar dentro da família, através da aceitação, e mobilização para que possa se efetivar o desenvolvimento do seu familiar nesta condição. É natural que durante o processo de descoberta da deficiência, ocorra uma resistência e uma série de questionamentos, por vezes, ficam sem reação, entretanto, quanto antes este sentimento for trabalhado e as ações necessárias sejam tomadas, mais rápido irão iniciar as ações para a efetivação do processo de inclusão social e o desenvolvimento completo do seu familiar, com o apoio de uma equipe médica que irá acompanhar o usuário.

De acordo com Aranha (2004), as famílias por vezes se encontram em uma relação de total dependência dos profissionais de diferentes áreas, a respeito das ações necessárias a serem tomadas para a compreensão da forma com que se deve proceder em relação as necessidades dos seus filhos. A família deve buscar as orientações com os profissionais, contudo não é possível transferir a responsabilidade da criação e estímulo para os profissionais, pois o desenvolvimento só se efetiva, com uma atuação em parceria dos técnicos e da família. Sabe-se que não deve ser fácil todo esse processo, entretanto não se

pode perder o enfrentamento e essa vontade de agir, para que se possa auxiliar esse filho que irá esperar e confiar plenamente nos pais para que possa melhor se desenvolver.

Assim o poder público, deve assegurar todo o atendimento nas áreas de saúde e educação para as pessoas com deficiência, e deve, além disso, promover e garantir a saúde física e mental não só da pessoa em questão, mas de toda a família. Os sistemas de saúde devem divulgar as informações necessárias sobre os cuidados durante a gestação, sobre a execução do pré-natal, através de campanhas que visem atingir um maior número de pessoas, garantindo assim que ambos (mãe e bebê) recebam o tratamento adequado, e em casos de possíveis limitações do bebê, que a família já possa ir se trabalhando de modo que possa ser menos traumático o processo.

4. O SERVIÇO SOCIAL NA APAE DE SANTA MARIA

Em Santa Maria– Rio Grande do Sul, no dia 30 de março de 1966, foi fundada em Assembleia Geral a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que é regulada por um estatuto, regimento interno e legislação civil em vigor, através do movimento de pais que lutavam pela inclusão social de seus filhos. A população local externou sua preocupação com a qualidade de vida das pessoas com deficiência e se uniu para a criação e estabelecimento da instituição no município. A APAE de Santa Maria é uma Organização Não Governamental (ONG). Segundo Tenório (2006) “as ONGs são como organizações sem fins lucrativos, autônomas, e sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando assim a ação do Estado, sem fins lucrativos”.

Em relação à ONGs, podemos ressaltar que a APAE se constitui de forma privada, atuantes no terceiro setor, e possui como principal fonte de renda doações e contribuições espontâneas, da população local, do segundo setor, que compreende as empresas com fins lucrativos (correspondente ao capital privado) e do primeiro setor que compreende ao Estado (origem e a destinação dos recursos são públicas), cujos recursos são repassados por meio de convênios e projetos. Segundo Fernandes:

O terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1996 p.27).

No município de Santa Maria, a instituição atua a 50 anos, tendo o seu trabalho reconhecido na comunidade, o que também se efetiva na formação de parcerias com os Poderes Públicos e instituições do setor privado. Conta com a participação de pessoas da sociedade civil na composição de sua diretoria e nas ações desenvolvidas. Tem como missão: “Promover e articular ações de defesa de direitos, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e a construção de uma sociedade justa e solidária”. É constituída por número ilimitado de associados, administrada por diretoria eleita através da Assembleia Geral Ordinária, conforme determinado pela Federação Nacional das APAES.

A APAE de Santa Maria é uma ONG - Organização não Governamental, e trabalha na Habilitação e Reabilitação da Pessoa com deficiência, bem como na Defesa e Garantia de

Direitos de seu público alvo. Atua, preponderantemente, na área da assistência social, visando prevenir o preconceito e a exclusão numa articulação intersetorial com as políticas de saúde e educação, visando à integralidade dos atendimentos à pessoa com deficiência. Localiza-se na Rua Benjamin D'Ávila Prado, 400, bairro Santa Marta, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. O horário de atendimento é de segunda à sexta-feira 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

A fim de contextualizarmos a instituição APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais afirma-se na Política Nacional de Educação Especial, que classifica as deficiências como: auditiva, física, visual, mental e múltipla, o que permite desse modo selecionar as necessidades educativas especiais de seus usuários, conforme o período de ocorrência, como congênitas ou adquiridas. A grande maioria das pessoas que são atendidas pela instituição é composta por pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Há a conjectura da tutela de outrem, que é a qual pesa o maior preconceito e caracteriza-se pelo desenvolvimento cognitivo intelectual abaixo da média, ocasionado no período de desenvolvimento, com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta de adaptação ou a capacidade do usuário em responder adequadamente as demandas da sociedade.

É necessário salientar que conforme o período de vivência de estágio curricular pode-se observar que as pessoas com deficiência mental são capazes de construir e se desenvolver intelectualmente, na medida em que são estimuladas a executar atividades em casa e também quando o ambiente escolar exige o que acaba auxiliando no processo de reabilitação e estabilização do quadro da pessoa com deficiência, que é responsável pela ampliação da capacidade cognitiva. Assim as pessoas que não são tão instigadas a realizar atividades do cotidiano, apresentam um desenvolvimento intelectual abaixo da média, o que torna o processo de aprendizagem mais lento, é o fato de terem dificuldade de se comunicar, cuidados pessoais, independência, etc. Neste sentido observa-se a importância de ser trabalhado as questões voltadas para o aprimoramento na execução das AVD – Atividades da Vida Diária, que contemplam, o auto cuidado, a higiene pessoal, autonomia, alimentação, etc.

A APAE do Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, atua como gestora da Escola Estadual de Educação Especial “Jandira Tolentino”, com sede própria junto ao complexo da instituição. O foco dos atendimentos da APAE são as pessoas com necessidades educativas especiais na área mental e múltiplas deficiências; bem como oferece apoio sócio familiar aos que vivem em situação de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, o que define o perfil dos usuários. Atualmente na escola têm duzentos alunos matriculados, divididos entre os ciclos I, II e III, EJA e grupos de convivência. É executado também dentro da instituição o projeto de Estimulação Precoce, onde se encontram em atendimento sessenta

e sete crianças de zero a seis anos, totalizando assim duzentos e sessenta e sete pessoas em atendimento na instituição. Além da escola, do projeto da padaria e dos atendimentos realizados dentro da APAE pela equipe técnica, esta também administra e é responsável pelo CER II¹⁹ - Centro Especializado em Reabilitação, que conforme funcionário, desde o início das atividades no município de Santa Maria, que foi em meados de agosto de 2015, entre atendimentos e avaliações até maio de 2016 havia quatrocentos e trinta e duas pessoas em atendimento.

Com a finalidade de promover e incentivar cada vez mais a inclusão a instituição aqui referida desenvolve desde 1999, projetos que visam à qualificação da pessoa com deficiência, a fim de que ela possa ingressar no mundo do trabalho. Atualmente a APAE já capacitou em torno de 93 alunos, e destes 30 permanecem trabalhando, 11 alunos estão em processo de capacitação, entretanto há uma resistência por parte dos familiares, pois estes ainda não conseguem perceber o potencial dos seus filhos e por vezes sentem medo de como será a locomoção, principalmente em relação ao trajeto de ir e vir que na maioria das vezes terá que ser feito pela pessoa sozinha. Outro fator que fortalece a resistência está relacionado ao recebimento do BPC²⁰ - Benefício de Prestação Continuada, que é suspenso a partir do ingresso da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e por vezes é o único meio de sustento da família, contudo cabe evidenciar que o recebimento deste benefício acaba por limitar o desenvolvimento da pessoa e conseqüentemente da autonomia desta, pelo fato deste ser considerado uma renda e impedir assim, sua inserção no mundo de trabalho.

A instituição tem como objetivo, promover a melhor qualidade de vida dos usuários, assegurando os direitos sociais, visando garantir a cidadania, estimulando o desenvolvendo potencialidades dos usuários. Possibilitar a inclusão social da Pessoa com Deficiência Física (intelectual), estimulando o aprimoramento de habilidades e potencialidades que favoreçam a escolaridade e a vida produtiva laboral, bem como, oferecendo atendimento do serviço social aos usuários e familiares acerca dos encaminhamentos, direitos e deveres da pessoa com deficiência.

¹⁹ CER II - A habilitação e reabilitação visam garantir o desenvolvimento de habilidades funcionais das pessoas com deficiência para promover sua autonomia e independência. O Plano Viver sem Limite iniciou a implantação de Centros Especializados em Reabilitação - CER para ampliar o acesso e a qualidade desses serviços no âmbito do SUS. A implantação desses centros pode se dar por meio de novas construções ou por qualificação mediante reforma, ampliação, aquisição de equipamentos e reforço de pessoal.

²⁰ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e pelos Decretos nº 6.214/2007 e nº 6.564/2008. Trata-se do pagamento de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

No tocante à Inclusão, o Decreto Nº 6.949, De 25 De Agosto De 2009, o artigo 19 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência assegura “Direito de viver de forma independente, e a ser incluído na sociedade” para todos. Por isso, a APAE de Santa Maria busca a inclusão integral das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, garantindo a cidadania de cada indivíduo.

A APAE Santa Maria, opera como Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade (BRASIL, PNAS/NOB, 2004) atendendo pessoas com deficiências e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, atuando nos moldes de um Centro Dia, tendo como proposta as atividades desenvolvidas:

[...] oferecer cuidados para a valorização máxima dos potenciais de funcionalidade e autonomia dos usuários, tendo em vista o melhor desempenho das atividades no cotidiano. Devem promover experiências que contribuam para a autonomia de famílias e indivíduos, a construção de projetos individuais e coletivos, o desenvolvimento da autoestima, e a inserção e sustentabilidade dos seus usuários. (Brasil, Centro-Dia para Pessoa com Deficiência, 2011).

A PNAS de 2004²¹ estabelece como funções básicas da assistência social a proteção social, que é assegurada por um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios para redução e prevenção do impacto das fragilidades pessoais e sociais, que se especifica em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Além da proteção social, a função desta política também é de vigilância social, que é a defesa social e institucional.

Tais funções básicas do assistente social devem ser assegurados pelo SUAS²², que é criado em 2005, com característica descentralizada e participativa, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Materializa então, o modo de gestão compartilhado, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, opera a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.

Ao nos remetermos aos recursos financeiros, a APAE de Santa Maria, conta com o apoio da população num âmbito geral, através de doações voluntárias, doações frutos do serviço de telemarketing, de empresas, e também do Estado, através de projetos e convênios.

²¹ PNAS – Política Nacional de Assistência Social é uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

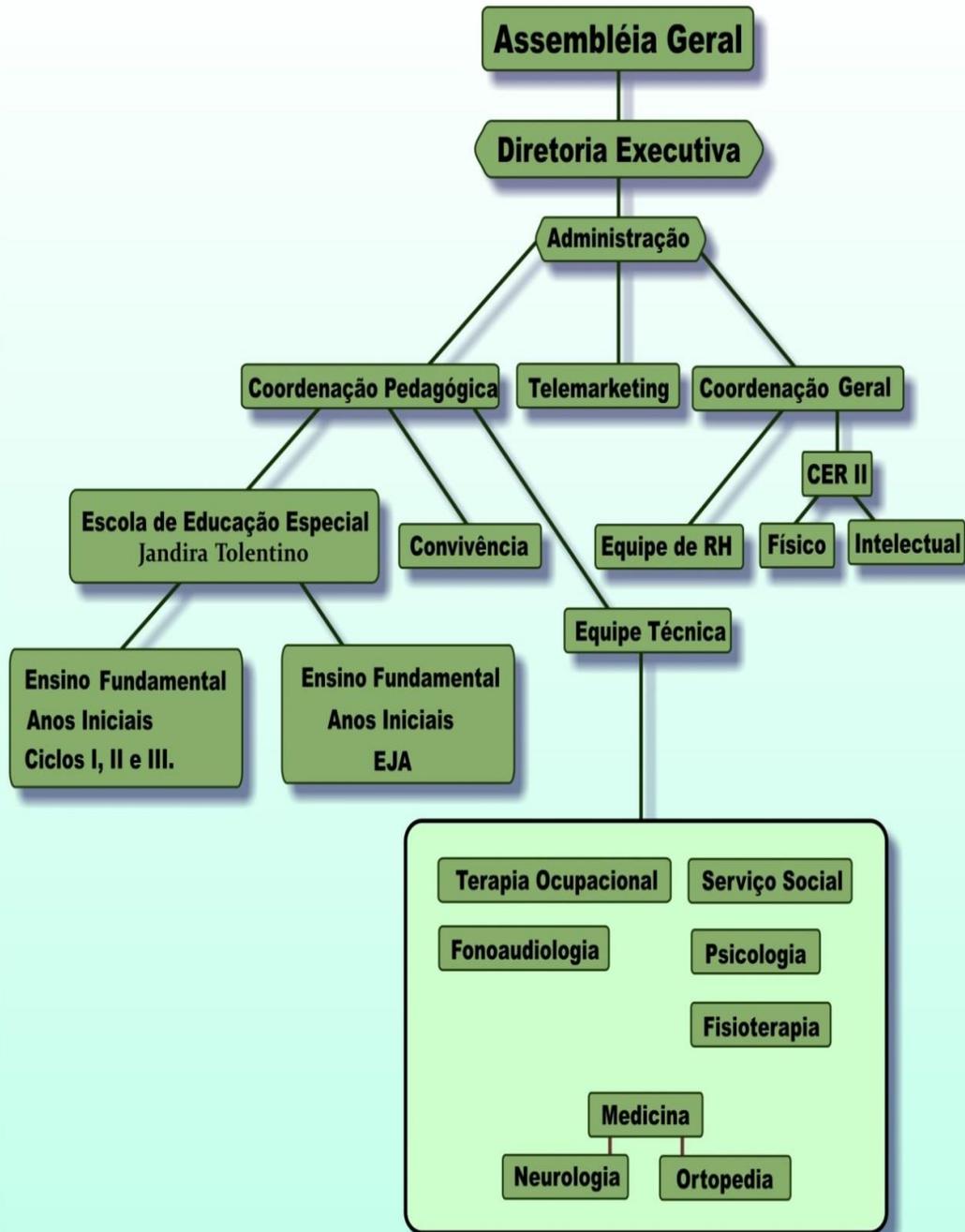
²²SUAS– Sposati (2006), afirma que o SUAS “é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social”

Por ser uma Organização Não Governamental, a APAE não tem como objetivo o lucro, pertencente ao terceiro setor, este considerado, (...) um setor não-governamental, não-lucrativo e esfera público não-estatal materializado pelo conjunto de organizações da sociedade civil consideradas de interesse público (ALENCAR, 2009, p.8). Foi criada com o objetivo de garantir o serviço para a população e a manutenção do mesmo e também visando garantir dos direitos da pessoa com deficiência.

Em se tratando de recursos humanos a APAE conta com a atuação direta de: 1 Diretor e 1 Vice, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretária, 1 terapeuta ocupacional, 2 psicólogos, 1 fonoaudiólogo, 1 assistente social, 1 fisioterapeuta, 1 pedagoga, 4 educadores especiais, 1 cozinheira, 1 serviços gerais, 1 motorista, 1 auxiliar de padaria, 1 oficineira, 2 recursos humanos, 4 mensageiros, 4 telemarketing. Há um corpo bastante significativo de Estagiários, que vem para complementar o corpo de funcionários, a fim de melhor atender os usuários.

A APAE de Santa Maria é constituída por três estruturas independentes, a sede principal que tem um formato de “U”, o CER II e a Padaria. A Sede principal é composta por salas de aula, onde são desenvolvidas as atividades pedagógicas, as salas administrativas, que compõe a administração, coordenação, secretaria, direção, neste prédio também se encontra a cozinha, o refeitório, lavanderia, biblioteca, depósito, marcenaria, banheiros que contemplam tanto pessoas com limitações físicas, ou não, o que é natural em se tratando de uma APAE e uma Lei Nacional Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que visa estabelecer normas gerais e critérios básicos a fim de promover e garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em relação às clínicas, a APAE conta dentro de sua estrutura, com a sala do serviço social e da psicologia, uma sala para atendimentos da terapia ocupacional, sala da estimulação precoce e a sala da fonoaudiologia. No segundo prédio que compreende os atendimentos feitos pelo CER II, temos sala de espera, consultório médico, salas de atendimento dos profissionais da clínica (fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo). E no último prédio temos a padaria, onde os alunos aptos a serem capacitados para o mundo do trabalho são qualificados, o financeiro, o telemarketing, os recursos humanos e o brechó. Abaixo podemos observar o organograma da instituição onde se encontram localizados por setores os serviços oferecidos pela mesma:



Font: Elaborado por Timm, J.R., Moraes, A.P., Vendrusculo, M.S. (2015)

4.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA ATUAÇÃO FRENTE ÀS DEMANDAS DA APAE

Ao falarmos em processo de trabalho do assistente social, não podemos deixar de nos remetermos ao que Marx, nos diz que o trabalho nada mais é do que a relação estabelecida entre o homem e a natureza, que gera frutos, pois o homem consegue transformar objetos no produto idealizado e desejado. Conforme Marx nos salienta, (1989, p. 149):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural [...] a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Ao observarmos o processo de trabalho a partir da perspectiva trazida pelo autor referenciado acima, pode-se dizer que, o objeto de trabalho do homem é fornecido e extraído da natureza, e que é a força de trabalho do homem que transforma a matéria prima até chegar ao objetivo desejado, portanto, conforme (MARX, 1989, p. 151) nos diz, “O processo estingue-se no produto”. Desse modo é evidenciado que o trabalho e o princípio do surgimento do ser social, e conforme as relações vão se desenvolvendo, o homem também vai evoluindo, adquirindo novas habilidades.

Ainda abordando sobre a categoria trabalho na perspectiva do serviço social, faz-se necessário apresentar as argumentações utilizadas por Yolanda Guerra (2000), que, ao qualificar o serviço social como trabalho, salienta que o desenvolvimento da profissão se dá com o agravamento das expressões da questão social, onde o Estado passa a criar mecanismos, com a finalidade de controlar a classe subalterna, através das políticas sociais, que se apresentam como uma área de atuação para o profissional de Serviço Social. A partir deste novo formato, a profissão, passa a ser vista como trabalho e não mais como filantropia. Atualmente as possibilidades de trabalho para os profissionais da área de Serviço Social são as mais diversificadas, e se concentram tanto em instituições públicas, como privadas ou entidades filantrópicas.

Neste sentido faz-se necessário ressaltar que o processo de trabalho do assistente social é norteado por um comprometimento com o projeto ético-político, fundamentado no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93. Contudo cabe salientar que ao longo dos anos, até chegar ao código vigente este passou por diversas transformações, a exemplo disso tem-se a partir do início dos anos 1990 o Movimento de Reconceituação,

onde os profissionais percebem que desde o início são subordinados ao interesse das classes dominantes e começam a apresentar insatisfação em relação às práticas conservadoras até então desenvolvidas.

Assim é necessário ressaltar que os processos de trabalho do profissional de serviço social devem ser pautados por um compromisso *ético-político*, fundamentados no Código de Ética e na Lei de regulamentação da Profissão, indo de encontro à proposta do projeto Ético-Político Profissional. Dentro da perspectiva *teórico-metodológica*, que une o conhecimento da teoria e o método de análise e desvelamento da realidade social. E por fim, o *técnico-operativo*, que se trata da união dos demais, com o intuito de operacionalizar os eixos, de forma que o profissional passa a utilizar-se dos instrumentais que são: visita domiciliar, entrevista, encaminhamentos, etc; com a finalidade de promover o enfrentamento das expressões da questão social que se apresentam nos espaços sócio ocupacionais. Salienta-se ainda que para a efetivação da práxis profissional estas três dimensões devem se articular entre si, possibilitando assim que o profissional identifique as demandas como um processo sócio-histórico, que é produzido e reproduzido socialmente.

Desse modo, trataremos sobre o Serviço Social na APAE de Santa Maria, onde o início dos registros data do ano de 2005 e o trabalho desenvolvido pelo profissional constituíam-se da realização do acolhimento e levantamento socioeconômico, com a finalidade de realizar um mapeamento do perfil das famílias que acessam o serviço. Durante o período de 2005 a 2012, se tem poucos registros em relação à atuação do profissional de serviço social, contudo, é somente a partir do ano de 2004 que a cidade de Santa Maria, registra a formatura da primeira turma do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Assim a partir do ano de 2012, podem-se observar registros documentados realizados por uma assistente social na instituição.

O Serviço Social é a materialização do trabalho em conjunto e é uma profissão que está alocada na divisão sócio técnica do trabalho, assegurada pelos processos de trabalho, ou seja, o assistente social é o tipo de profissional que participa ativamente dos processos de trabalho. Conforme Marx (1989, p. 202), são componentes do processo de trabalho, atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, ou seja, o objeto de trabalho; e os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. O trabalho é expressão da vida humana, a relação do homem com o objeto:

Atividade dirigida com fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, é condição natural eterna da vida humana, sem

depende, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1989, p. 208).

Na contemporaneidade, o trabalho executado pelo profissional de Serviço Social é bastante abrangente, pois atua frente aos três setores que a APAE coordena que são: A Escola de Educação Especial Jandira Tolentino, a APAE com o setor administrativo e equipe técnica (Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Psicólogos, Fonoaudiólogos e Médicos), e o CER II (Centro Especializado em Reabilitação).

Fazer um estudo sobre a relação do Serviço Social e os direitos das pessoas com deficiência, deve partir da garantia dos direitos, onde o assistente social manifesta seu compromisso com a democratização de informações sobre as políticas públicas e suas vias de acesso. Ao analisarmos o contexto histórico do surgimento da profissão de assistente social, esta iniciou com um olhar assistencialista, pautado no modelo conservador efetivado a partir aliança entre Estado, Igreja católica e burguesia. Entretanto, a partir do ano de 1965, durante o período da ditadura, que se inicia o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, onde os profissionais passam a perceber que até o presente momento a classe estava subordinada as classes dominantes, neste sentido demonstram sua insatisfação com as práticas desenvolvidas até então, criando assim a necessidade da implantação de um projeto profissional.

[...] A contextualização da Assistência Social como direito e não como ajuda cresce não só no âmbito do Serviço Social, mas em uma conjuntura mobilizadora de classes no decorrer da década de 80. E em meio a um cenário de crises econômicas e de luta por abertura política, em 05 de outubro de 1988, é promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, introduzindo um conceito abrangente de proteção social, compreendendo um conjunto integrado de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (GUEDES; RODRIGUES, 2011, p. 2).

Na esfera da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao lado da saúde e da previdência social, a assistência social passou a compor o “tripé da seguridade social”, como política pública não contributiva. Portanto, é direito do cidadão e dever do Estado, pois: - as ações da política de assistência social são organizadas para promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a capacidade de proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, famílias e comunidades (BRASIL, 2008, p. 35). A assistência social como direito social é regulamentada pela Lei n.º 8.742 de 1993, intitulada Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização desta e dá outras providências.

A LOAS então passa a regulamentar a assistência social no Brasil, se baseando nos princípios que constam na CF 1988, que determina a descentralização político-administrativa e participação popular, responsabilizando o Estado na organização das políticas sociais, em

cada esfera de governo, prevendo ainda, programas, projetos e benefícios (BRASIL, 1988). Com o objetivo de materializar as diretrizes propostas pela LOAS, é aprovada a Política nacional de Assistência Social (PNAS), através da Resolução nº 15, de 15 de outubro de 2004. A PNAS promove a materialização da Assistência Social, como “uma perna” do sistema de proteção social brasileiro, no campo da seguridade social.

Com o objetivo de atender as demandas e universalizar as ações da assistência social e materialização da LOAS, inicia-se o processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado e participativo, no ano de 2005 através da aprovação da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) com a Resolução nº 130 de 15 de julho deste mesmo ano e Lei n.º 12.435 sancionada em 06 de julho de 2011. De acordo com a PNAS, o SUAS:

Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: I – Matricialidade sociofamiliar; II - Descentralização político-administrativa e territorialização; III - Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; IV – Financiamento; V - Controle social; VI - O desafio da participação popular/cidadão usuário; VII - A Política de Recursos Humanos; VIII - A informação, o monitoramento e a avaliação (BRASIL, 2004, p. 39).

Seguindo a conexão que a territorialização e a organização das ações promove, juntamente com o SUAS, a assistência social tem suas ações divididas em dois tipos de proteção conforme as suas especificidades, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, tendo como foco prioritário, a proteção à família. O atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias desenvolvido pela APAE de Santa Maria diz respeito à Proteção Social Especial, a qual é dividida em níveis de média e alta complexidade, de acordo com os serviços ofertados, sob a coordenação dos Centros-Dia que segundo o livro (Viver sem Limites, 2014) são: “Equipamentos voltados ao acolhimento, durante o dia, de jovens e adultos cm deficiência, dependentes de cuidados, permitindo que seus familiares possam trabalhar e estudar neste período”. (Viver sem Limites/ Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, p.104, 2014)

Durante o processo de acolhimento e encaminhamento, o profissional do Serviço Social busca fortalecer uma prática que vise contribuir para a emancipação e independência da população em vulnerabilidade social, contribuindo e efetivando assim a promoção da autonomia e politização dos usuários. Desta forma podemos usar como exemplo a APAE de Santa Maria, onde o Serviço Social, a partir dos instrumentais teórico-metodológico, ético-

político e técnico-operativo realiza um trabalho de assistência às famílias a fim de possibilitar o acesso aos direitos, e os encaminhamentos para a rede socioassistencial que o usuário necessitar.

Além de conhecer o universo Apaeano, durante o período de Estágio I da acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, ocorrido no segundo semestre do ano de 2015, foi realizado um período de vivência e observação em uma classe especial e uma regular, onde havia um aluno incluído de uma Escola Estadual de Santa Maria. Ainda, pôde-se perceber que é de extrema importância trabalhar com mais ênfase questões como a inclusão. A partir deste momento, então, foi possível observar que o Estado é bastante carente de profissionais qualificados e equipamentos adequados, o que dificulta a execução de um trabalho multiprofissional e dos mecanismos que possibilitem a inclusão nas escolas.

A partir do período de vivência realizado durante o estágio, pode-se observar que na classe especial, leciona uma professora formada em Letras Português e Mestre em Educação Especial, para atender seis alunos com distintas patologias, no dia referido fizeram-se presentes apenas quatro alunos. A partir do desenvolvimento da aula fica evidente a precarização da escola e dos profissionais, que não são preparados para trabalhar com determinadas situações, outra questão que chamou a atenção foi o fato de ter apenas uma monitora, para uma aluna autista que precisa de um acompanhamento contínuo. Cabe ressaltar que para conseguir o direito de ter uma monitora acompanhando a filha em sala de aula a família teve que recorrer à justiça, e corre o risco de em caso de troca de Escola ou turno perder o direito além é claro de por vezes ser designado um profissional que não tenha uma formação, ou a devida experiência que o quadro patológico do aluno requer.

O que ficou evidente diante desta situação é que o Estado não possibilita uma instrumentação metodológica profissional e qualificação adequada ao professor, o que incide diretamente na falta de preparo das profissionais, pois durante toda a tarde, apenas o aluno que tem a possibilidade de ser incluído em uma classe regular desenvolveu atividades pedagógicas, aos demais era solicitado apenas uma vez que fizessem as atividades e nada era feito se não as realizavam, ou seja, o único aluno que está sendo trabalhado é o que tem possibilidade de inclusão, quando na realidade todos deveriam trabalhar juntos, conforme a possibilidade de cada indivíduo.

Ao dar continuidade ao processo de observação e vivência, foi analisada uma classe regular, 3º ano, que tinha 20 alunos e destes, dois eram pessoas com deficiência, um deles que não estava presente neste dia, é acompanhado por uma monitora, já o outro aluno fica sozinho em sala. A princípio não foi possível identificar quem era o aluno com deficiência, pois não

havia hostilidade, nem preconceito vindo dos colegas, passado algum tempo foi possível percebê-lo, pois ele passou o primeiro período da aula com um livro em sua frente, mas não fazia as atividades, apenas recortava. Durante o intervalo o aluno apresentou sinais de agitação, porém se relacionou todo o tempo com os colegas de forma amistosa e tranquila.

Após o término do intervalo, a professora da continuidade às atividades, e trabalha com os alunos o tema “O lixo que produzimos”, neste momento observou-se que o aluno já não conseguia acompanhar a aula, pois estava muito agitado, dessa forma, com o objetivo de manter o aluno ocupado, a professora entrega para ele um jogo de memória, este permanece na classe movimentando as peças até o horário de ir embora, às 17h, horário em que a moça do transporte o pega em sala de aula. Após o término da aula conversou-se com a professora, e nesse momento foi relatado que a família é bastante vulnerável, conta que vive com o pai, um irmão e a avó, a mãe foi embora, salientou que normalmente ele fica tranquilo em aula, desenvolve atividades diferenciadas, e que acabou se agitando mais que o normal, pois foi um dia cheio de novidades.

O que ficou evidente de toda essa situação é que a precarização da educação em um âmbito geral, inviabiliza ainda mais esse processo de inclusão, pois se a escola não dá às condições necessárias que os alunos regulares precisam tão pouco conseguira contemplar as necessidades de alunos com deficiência.

4.2 VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO NA APAE DE SANTA MARIA – RS

É possível perceber que com o passar dos anos, a sociedade foi construindo uma forma de pensar e compreender as pessoas com deficiência. Este projeto denominado “Conhecendo a Nossa Realidade e Lutando pela Inclusão”, inicialmente foi pensado para ser trabalhado com 11 alunos da APAE que participavam do projeto denominado Projeto da Padaria, que tinha como principal objetivo o desenvolvimento de habilidades e o encaminhamento para o mundo do trabalho. Ao final do ano de 2015, este projeto foi extinto em virtude da falta de profissional para coordenar estas atividades, e também pela falta de interesse por parte das famílias em promover o ingresso dos alunos ao mundo do trabalho, e evidencia-se que muitas destas resistências são ocasionadas pela possível perda do BPC.

Ao pensarmos o processo de inclusão da pessoa com deficiência, seja na escola ou no mundo do trabalho, requer uma série de investimentos tanto da família e das empresas, assim como por parte do Governo, enquanto esfera pública. Ao abordarmos a temática inclusão cabe ressaltar que não existe inclusão sem exclusão, ou seja, exercem uma “correlação de forças”,

que se estabeleceu dentro da dinâmica que a sociedade capitalista apresentou em sua fase madura, inserida conforme nos apresenta Faleiros (2006), no contexto da flexibilização proposta pelo modelo neoliberal. Assim,

[...] a exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, [...] (FALEIROS, 2006, p.4).

Neste sentido, faz-se necessário ressaltar que a inclusão se apresentaria como proposta contrária aos princípios pregados pelo neoliberalismo. Além disso, “a perda [...] da inclusão, típica da modernidade capitalista, também desestruturou as referências a direitos garantidos, pois os direitos da cidadania expressam as relações sociais” (FALEIROS, 2006, p.2). Sendo assim,

[...] a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas. A categorização e percepção da pobreza se vinculam a experiências vividas de autodesignação, confrontadas às expectativas sociais, conforme realidades heterogêneas de nação, Estado e cultura [...] A inclusão/exclusão também pode se referir a maior ou menor dependência de outrem ou de instituições públicas, aos rendimentos, ao valor dos rendimentos, à qualificação ou desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, à solidez ou degradação moral, à periferização/centralidade no território, à posse ou desapossamento da terra e ativos, à discriminação/aceitação, à violência maior ou menor, às condições de nacionalidade, raça, etnia, ou a opções e modos de vida Faleiros (2006, p. 2).

Percebe-se, então, que o bom emprego desses conceitos não dá conta da problemática em questão, em virtude de sua complexidade, ou seja, não se pode concordar com a noção de que a questão da exclusão e inclusão e todos os elementos que a circunda pode ser resolvida simplesmente a partir de medidas setoriais e segmentadas como se faz, por exemplo, com as pessoas com deficiências, idosos, etc.

Então ao retomar as atividades de estágio no que se refere à execução do projeto de intervenção, primeiramente foi feita uma nova seleção de alunos através de uma avaliação efetuada pelos técnicos da instituição, onde foram indicados os alunos que possuem aptidões a serem trabalhadas em relação ao processo de encaminhamento para o mundo do trabalho, levando em conta o interesse da família em auxiliar no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Inicialmente foram selecionados onze alunos, na faixa etária de 15 a 35 anos, todos residentes em Santa Maria. Após a primeira semana de execução

do projeto a APAE recebeu mais uma aluna, que foi incluída e seguiu participando das atividades.

Num primeiro momento, foi elaborado, em conjunto com a supervisora de campo, um roteiro para realizar as visitas domiciliares, neste momento era preenchida a Ficha Social²³, que revela informações necessárias para a identificação da demanda e dados pessoais e sociais dos usuários, suas condições de saúde, contexto social e situação dos vínculos familiares e sociais.

A execução do projeto teve seu primeiro encontro no dia 06 de abril de 2016 com a realização das visitas domiciliares. No entanto, algumas tiveram de ser remar cadas e apenas uma família foi resistente optou por não receber a visita da assistente social e estagiária, mas, posteriormente, em uma conversa com a assistente social supervisora de campo, o pai justificou o motivo da resistência, e recebeu informações sobre a necessidade e importância que têm a utilização deste mecanismo para o processo de compreensão da realidade de cada família. As visitas ocorreram nos dias 06, 07, 12, 18, 25 de abril e dia 10 de maio do corrente ano. Na sequência da realização das visitas iniciou-se o agendamento dos encontros em que foram realizadas as rodas de conversa, para esclarecer possíveis dúvidas.

Ao nos referirmos as rodas de conversa, o primeiro pensamento que temos é voltado para as rodas de conversas informais, como as que temos em família, durante as refeições, porém estes costumes estão se perdendo com o passar dos anos, em virtude da falta de tempo para conviver em casa em virtude da correria do dia a dia. Ao utilizarmos as rodas de conversa como instrumento de trabalho, esta deve ser executada em um ambiente propício para o diálogo, em que os usuários possam se sentir à vontade para compartilhar e escutar, de modo que os assuntos discutidos sejam relevantes para o grupo e que prenda a atenção na escuta. Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento compartilhar, porque além de esclarecer determinados assuntos, proporciona o exercício de escuta e de fala, pois temos vários interlocutores, e os momentos de escuta por vezes são mais numerosos do que os de fala. Neste sentido, as colocações de cada um dos participantes são construídas através da interação como outro, de modo a complementar, discordar ou concordar com a fala do outro. Conversar, dessa forma significa, compreender de forma mais integral, refletir, ponderar, com o intuito de compartilhar conforme nos diz Warschauer (2001, p. 179):

²³ Ver anexo 1.

Conversar não só desenvolve a capacidade de argumentação lógica, como, ao propor a presença física do outro, implica as capacidades relacionais, as emoções, o respeito, saber ouvir e falar, aguardar a vez, inserir-se na malha da conversa, enfrentar as diferenças, o esforço de colocar-se no ponto de vista do outro etc [...].

Assim, pode-se dizer que as rodas de conversa promovem uma reflexão coletiva, a construção e reconstrução dos conceitos, através do diálogo com o grupo. Contudo, ao pensar a forma de conduzir e desenvolver este instrumento, faz-se necessário considerar que o diálogo construído representa o pensamento e o falar de “[...] indivíduos com histórias de vida diferentes e maneiras próprias de pensar e de sentir, de modo que os diálogos, nascidos desse encontro, não obedecem a uma mesma lógica” Warschauer (2002, p. 46).

Após a realização das visitas, baseado nas informações da Ficha Social, foi feito um levantamento acerca do melhor dia para serem agendados as rodas de conversa, definindo-se então que ocorreria nas quartas-feiras pela manhã. No dia 10 de maio, após a realização das últimas visitas, foi feito contato por telefone com cada um dos responsáveis pelos alunos, com o objetivo de convidá-los para o I Encontro que ocorreu no dia 11 de maio e caracterizou-se pela apresentação do projeto para o grande grupo; II Encontro 18 de maio, contou-se com fala da técnica de terapia ocupacional da APAE e também do ex-aluno que atualmente é funcionário da empresa Magazine Luiza; O III Encontro dia 25 de maio, foi planejado uma roda de conversa com a participação das assistentes sociais do INSS visando à sensibilização acerca da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e esclarecer dúvidas relacionadas ao BPC. No IV Encontro que ocorreu dia 01 de junho, contou-se com a presença da psicóloga da APAE, o V Encontro dia 08 de junho, caracterizou-se pela fala de duas funcionárias do setor de Recursos Humanos do supermercado Carrefour, que apresentaram exemplos sobre a inclusão no mundo do trabalho. E o VI e último encontro para o dia 15 de junho, foi realizada por um Chef de Cozinha uma oficina de padaria, onde foram confeccionados os produtos que consumimos no chá de encerramento.

Os encontros são descritos abaixo pela ordem cronológica dos dias em que eles se sucederam, assim sendo: O primeiro encontro foi no dia 11 de maio às 10h da manhã, e constituiu-se de apresentação da acadêmica, do Projeto e dos usuários. Estiveram presentes 58,3% dos responsáveis e 75% dos alunos. Cada participante contou um pouco da sua história de vida, onde mora, quais os obstáculos que encontra ao ter um membro da família com deficiência, quais as expectativas de cada um, o que acharam da proposta. Após a apresentação e frente as suas realidades, no geral mostraram-se satisfeitos e otimistas com a realização das atividades propostas, entretanto, algumas famílias ainda apresentaram forte resistência, pois não acreditam que seus filhos possam desenvolver outras habilidades além

das que já possuem, como por exemplo, executar tarefas simples do dia-a-dia em casa. Outra questão que foi definida neste encontro foi em relação ao melhor dia e horário para ocorrerem os encontros, e baseado na possibilidade de cada família, ficou definido que a quarta-feira seria o melhor dia às 9 horas da manhã.

Seguindo com as pautas deste encontro, apresentou-se então o melhor dia para a execução das atividades, com base nas informações passadas por cada um, percebeu-se apenas uma negativa, que foi da irmã de um aluno que trabalha na parte da manhã e que não teria como comparecer a todos os encontros, portanto com ela ficou acordado que as informações seriam repassadas e que pelo menos um dos encontros seria realizado no horário da tarde para que fosse possível contemplar a todos.

O segundo encontro que ficou agendado para a quarta-feira dia 18 de maio não ocorreu em virtude de um problema de comunicação dentro da instituição. Os pais e alunos se deslocaram até a instituição para aplicar a vacina da gripe nos alunos, e também para participar da atividade, entretanto, os estoques acabaram e os pais foram dispensados pela coordenadora. Dessa forma todos os pais que estavam na instituição para vacinar seus filhos e após iriam se deslocar até a sala onde realizaríamos a atividade acabaram indo embora. Entretanto nesta manhã mesmo, entrou-se em contato por telefone com todos, explicou-se o mal entendido, e a atividade foi remarcada para a sexta-feira da mesma semana dia 20 de maio.

No dia 20 então às 9 horas da manhã, ocorreu o II Encontro, neste dia se fizeram presentes 41,6% de pais e 33,3% de alunos. Neste encontro foi convidada a participar a profissional de terapia ocupacional técnica da instituição, e também o ex-aluno da APAE, que está incluído no mundo do trabalho. Assim a terapeuta ocupacional, abordou questões pertinentes ao desenvolvimento e estímulos para a execução das atividades de vida diária, sobre a importância de ser delegada alguma função para o aluno em casa. Desse modo cabe referir que a terapia ocupacional tem um espaço importante nestes equipamentos porque “os fundamentos da profissão vêm ao encontro da proposta de produzir e conceber saúde e, principalmente, pelo uso do recurso ”atividade” para a busca de autonomia e da participação social” (LOPES & LEÃO, 2002, p.62).

Conforme Medeiros (2003), o instrumental da profissão é condizente com as propostas de transformação da assistência atual, uma vez que os usuários dos serviços passam a serem encarados como indivíduos que se realizam e se (re)estabelecem a saúde mediante a sua (re)inclusão social. Desta forma, o paradigma utilizado não poderá ser somente o biológico centrado na doença e nos sintomas, independente do contexto, mas sim aquele que busca

atender o usuário em suas necessidades e com toda a complexidade da sua condição econômica e cultural. A partir desta afirmação podemos constatar que as atuações do profissional do Serviço Social em conjunto com a terapia ocupacional se complementam, visando o bem estar e o desenvolvimento do usuário.

Neste sentido faz-se necessário ressaltar que o trabalho da equipe multidisciplinar consiste em efetuar uma avaliação dos usuários de maneira independente e executando suas ações como um complemento dos atendimentos necessários. Assim, não há uma identidade de grupo nesta equipe, ou seja, a decisão acerca do tratamento fica a cargo do médico e os demais profissionais, irão adequar suas ações frente à necessidade do paciente e também frente às decisões do médico.

Dessa forma é perceptível que a equipe multidisciplinar serve para construir uma relação entre os profissionais, de forma que o usuário seja percebido em sua integralidade, caracterizando um atendimento humanizado. Foca-se então nas demandas do indivíduo como um todo, percebendo seu contexto social, com o objetivo de suprir suas necessidades e objetivando sempre o bem-estar do usuário. Contudo, para que isso se efetive, faz-se necessário que se crie um vínculo entre o usuário e os profissionais. Este formato de trabalho funciona e se efetiva em espaços onde há espaços de discussão para a equipe multidisciplinar, a fim de que se possa discutir a importância da compreensão da pessoa em sua totalidade, para a obtenção de um melhor resultado durante o tratamento.

Relacionado ao trabalho interdisciplinar, cabe ressaltar que primeiramente é fundamental que os profissionais percebam que não atuam de maneira isolada das outras especialidades. Assim conforme podemos observar,

[...] Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer (RODRIGUES, 1998, p. 156).

Com a finalidade da efetivação da interdisciplinaridade é de extrema importância que todo o profissional perceba que não se encontra isolado das demais especialidades, além é claro de saber interagir com estas. Este é um elemento extremamente importante para que se efetivem as trocas de saberes, o que define a equipe interdisciplinar. Assim sendo, e visando o fortalecimento do argumento de que a saúde é um assunto que reúne muitos profissionais, Campos (1995), afirma que atuação em equipe deve ser comum a toda a assistência à saúde, isso porque um dos principais aspectos positivos deste tipo de atuação nos traz a colaboração

de diversas especialidades que significam conhecimentos distintos. Dessa forma é necessário salientar que é de extrema importância de o atendimento e o cuidado com um alcance amplo ao contexto integral do ser humano, transcendendo o conceito de saúde.

Em seguida, para dar sequência para a atividade foi convidado o ex-aluno, relatar as suas experiências de vida, a partir deste momento o ex-aluno faz uma síntese sobre a sua vida profissional, onde trabalhou em três empresas diferentes desde o ano de 2006, dentre elas, Rede Vivo, Cotrel e Magazine Luiza, onde permanece até os dias atuais. Salienta ainda que possui uma casa em seu nome, pois foi um dos beneficiários sorteados no Programa Minha Casa minha Vida, Lei nº 11.977 de julho de 2009, e atualmente reside no Residencial Dom Ivo Lorscheiter. O Programa atualmente é regido pela Portaria nº 595, de 18 de Dezembro de 2013, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e especificamente em Santa Maria, pelos Decretos Executivos nº 048 de 21 de Maio de 2013, que estabelece critérios municipais adicionais de seleção dos beneficiários do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências; e nº 113, de 17 de setembro de 2013 que revoga o artigo 4º do Decreto Executivo nº 048/13, de 21 de maio de 2013. Em relação às famílias que possuam pessoas com deficiência em seu núcleo familiar também há uma reserva de 03% das unidades habitacionais construídas.

Neste dia pode-se perceber uma interação muito rica entre os pais, tanto com a profissional quanto com o aluno, alguns pais relataram que os filhos executam atividades em casa, mas dentro do seu tempo. Outros falaram sobre o desejo de ingressar no mundo do trabalho, enfim, nas falas foi possível identificar que todos percebem a necessidade e tem muita vontade da efetivação do desenvolvimento da autonomia e garantia do exercício da cidadania através da inclusão no mundo do trabalho. Ao final de cada encontro é reforçada a data do próximo encontro e a importância da presença de cada um.

O terceiro encontro, ocorreu no dia previsto, dia 25 de maio, às 9h da manhã, contou-se com a presença de 58,3% de pais e 33,3% de alunos. Nesta manhã apreciou-se a fala assistentes sociais do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Estas profissionais apresentaram o BPC – Benefício de Prestação Continuada, BPC e trabalho e Aposentadoria para Pessoa com Deficiência. Durante a explanação das profissionais ocorreram diversos questionamentos relacionados a quem tem direito de receber o benefício, por que não consegue receber, como encaminhar. Foi uma roda de conversa bem dinâmica com uma forte interação por parte dos usuários.

Conforme LOAS, Lei nº 8.742 dezembro 1993, o benefício de prestação continuada integra a proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em consonância com o estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS. É financiado por recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. Trata-se então um benefício da assistência social, individual, não vitalício e intransferível, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que visa permitir o acesso das pessoas com deficiência e dos idosos às condições mínimas para ter uma vida digna.

A constituição de 1988 apresenta a assistência social como um direito, e segundo Miranda (2007), os objetivos destes direitos podem ser resumidos, como a união de ações cujo fim é combater a pobreza, objetivando também a universalização dos direitos sociais, identificando o que é dever do Estado garantido pela Constituição Federal. Desse modo podemos afirmar que a assistência social é um dos eixos da seguridade social que tem por objetivo o combate à pobreza. Com o objetivo de definir o que é pobreza Yasbek (2007), afirma que:

[...] a pobreza é a expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. A pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo. Expansão do capitalismo que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida de cada dia (YASBEK, 2007, p.63).

Dessa forma a autora deixa evidente que a pobreza é uma questão de classe, ou seja, de uma classe que está impossibilitada de vender a sua força de trabalho, devido à desestruturação ocasionada pelo modo de produção capitalista, o que cria a necessidade de existirem políticas de assistência social, por viverem em situação de pobreza.

Tanto na Constituição Federal (Brasil, 1988) quanto na LOAS (Brasil, 1993), encontramos os conceitos de “necessitar”, “mínimos sociais” e “necessidades básicas”. Tais conceitos ocultam uma relação de dominação/subordinação, pois, conforme Sposati (2006) nos afirma que os conceitos e valores orientados pela perspectiva de Estado máximo e mínimo, fazem com que as políticas sociais sejam consideradas mínimos sociais, precarizadas e que atendem apenas necessidades básicas. Seguindo essa lógica, não existe garantia de reprodução social: alimentação de qualidade, habitação digna, educação, lazer, vida política, autonomia, emancipação etc. Evidenciando desta forma, as iniciativas neoliberais de caráter

minimalista que representam uma (des)responsabilização por parte da administração pública em relação aos direitos sociais, apropriando-se desse modo dos mínimos e dos básicos para estimular políticas parcas, pontuais, e muitas vezes, excludentes.

O quarto encontro, apreciou-se a fala da psicóloga que integra o quadro de funcionário da APAE. Neste dia tivemos a presença de 25% de pais e 25% de alunos. Esta roda de conversa tratou sobre questões relacionadas à importância de exercer uma atividade remunerada e os benefícios que essa decisão irá implicar na vida das pessoas com deficiência. Para a profissional da psicologia o estigma apresentado pelos indivíduos com deficiência os torna sujeitos inferiores, onde as marcas da deficiência os sinalizam negativamente perante o contexto social e principalmente no contexto do trabalho. Para Amaral (1992), surge a partir do estigma a “deficiência secundária”, que extrapola a deficiência para além da diferença em si e atinge os níveis sociais a partir de uma leitura equivocada do que seja a deficiência.

Neste sentido a profissional salientou para os pais que, é necessário fazer um esforço tanto por parte da psicóloga, quanto por parte da família, para conhecer a realidade da pessoa com deficiência, e possibilitar o exercício da autonomia visando cada dia mais promover a inserção no mundo do trabalho. Afirma ainda que não consegue identificar nenhum fator que possa ocasionar algum transtorno psicológico na vida do usuário, caso este se insira em uma atividade laboral, afirma que muito antes e pelo contrário, estar atuando no mundo do trabalho para a pessoa com deficiência é uma forma de se relacionar socialmente, de construir laços, e também se reconhecer enquanto cidadão socialmente ativo.

O quinto encontro, nesta roda de conversa contou-se com fala de duas funcionárias do setor de recursos humanos do supermercado Carrefour, neste dia contou-se com a presença de 75% de pais e 50% de alunos. Durante este encontro foram trazidas informações sobre o processo de contratação das pessoas com deficiência e também para informar como é o cotidiano dos sete colaboradores PcD que a empresa tem atualmente. Neste dia as informações passadas pelas funcionárias do Carrefour vieram apenas a corroborar com todas as atividades que foram desenvolvidas no decorrer da execução do projeto de intervenção. Elas informam, que o profissional com deficiência é acompanhado durante um período por um “padrinho” e também pelo gerente do setor, após este segue desenvolvendo suas atividades sozinhos, porém sempre respaldado pelo gerente do setor. As colaboradoras salientam ainda questões voltadas ao relacionamento, de como é perceptível o desenvolvimento da comunicação e principalmente a importância que a socialização têm no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Salientam que a grande maioria trabalha no mercado há sete, oito anos e que o mais novo funcionário já possui

três anos de carteira assinada. Fica evidente a partir destas falas, que executar uma atividade laboral é de extrema importância para qualquer pessoa, e em se tratando de pessoas com deficiência, significa além de possibilitar a inclusão, garantir o exercício da cidadania, uma vez que esta pessoa passa a ser socialmente ativa.

No sexto e último encontro, proporcionou-se para as famílias uma oficina de padaria, com a finalidade de promover uma interação entre os pais e seus filhos a fim de fortalecer os vínculos familiares. Neste encontro, contou-se com a presença de 66,6% dos pais e 58,8% dos alunos. Esta oficina foi ministrada por um Chef de Cozinha, graduado na Union Gastronómica Argentina, localizada na cidade de Buenos Aires. Assim, iniciou-se a atividade dividindo os pais e alunos em três grupos, onde cada um dos grupos ficaria responsável por confeccionar um produto para o chá. Neste momento a estagiária auxiliou a todos durante o processo e conversou sobre a importância do estímulo aos alunos e sobre a necessidade de se efetivar o fortalecimento de vínculos, pois somente assim é possível efetivar a inclusão.

A família nº 4, que estava composta pela mãe, aluno e um irmão, ficaram responsáveis por preparar o doce de banana, neste momento mãe e filho iniciam o processo de cortar as bananas, e todos executam a atividade em conjunto, de forma divertida e agradável. Conforme os relatos de uma mãe, sobre um dos alunos ficou surpresa, pois, este em casa não se demonstra tão disponível quanto durante o período em que executou as tarefas com atenção. Todas as atividades que lhe foram solicitadas eram para serem executadas acompanhadas pela mãe, que salientou mais uma vez que achou muito bom estar ali participando da atividade. Ao longo do desenvolvimento das atividades, esta mãe apresentou gradativamente uma mudança de percepção, pois no início, nos primeiros encontros, ela não acreditava ser possível à inclusão do seu filho no mundo do trabalho. Sobre o aluno, cabe salientar que, o mesmo se desloca sozinho de sua casa até a escola (APAE), a casa do aluno fica bastante longe, pois no dia em que foi realizado a visita domiciliar, observou-se o quanto o percurso entre a casa da família e a escola é distante.

Dando continuidade a execução do projeto, o oficinairo passou as descrições das tarefas propostas, os outros dois grupos, deram início às atividades. As famílias 2, 3 e 8, ficaram responsáveis por produzir a massa de bolo branca, em seguida o oficinairo entregou uma receita para o grupo, que deu início a execução desta. Já o outro grupo, composto pelas famílias 5, 9, 10 e 12, ficou responsável por produzir o bolo de chocolate. Foi possível observar que em todos os grupos as famílias tomaram a frente da produção e o Chef apenas as orientava. Após o término dos dois bolos, o doce de banana foi posto no fogo, para que pudesse iniciar o processo de cozimento e em seguida ambos os grupos repetiram as receitas,

apenas trocando o tipo de bolo de cada um dos grupos, o que resultou posteriormente em um bolo marmorizado.

O objetivo desta atividade foi promover uma integração que visasse o fortalecimento de vínculos familiares e também para que estes pais pudessem ver na prática a atuação dos seus filhos, o que muitas vezes em casa não é possível. O que ficou evidente durante este processo foi a importância que este contato teve, pois proporcionou uma nova visão dos pais em relação à potencialidade dos seus filhos, e a alegria de poder estar em conjunto produzindo algo.

Assim destaca-se que de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 9-10), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos caracteriza-se como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Através da execução destas atividades, que, sobretudo visaram o fortalecimento dos vínculos familiares, percebeu-se que esses laços, por vezes encontram-se desconectados, e dessa forma, através dos encontros promovidos, possibilitou aos usuários uma nova percepção sobre suas ações e possibilidades em relação aos seus familiares, e principalmente permitiu a estes perceber que todos são agentes da transformação da realidade da inclusão.

A partir desta análise, deve-se elucidar que o fortalecimento dos vínculos familiares está diretamente relacionado ao desenvolvimento da autonomia da PcD e conseqüentemente no ingresso ao mundo do trabalho. As pessoas com deficiência precisam se preparar para assumir o seu papel na sociedade inclusiva que se deseja. Desta forma, é importante salientar que para isso é necessário uma participação mais efetiva nos processos de construção das políticas públicas e isto só se dará através do sentimento de pertencimento à família e à sociedade como um todo, sentindo-se empoderados²⁴ a participar, o que se trata do uso do poder pessoal para tomar decisões, fazer escolhas e assumir o controle das situações da sua vida.

Neste sentido é de grande importância salientar que durante o desenvolvimento das atividades propostas para serem trabalhadas com a família, foi essencial conhecer sua

²⁴ Para compor o conceito de empoderamento temos: conceito de independência, autonomia, autodeterminação.

constituição, a fim de que não ocorressem ações marcadas pelo senso comum ou através de uma visão conservadora sobre o que é família. Para Carvalho (1995, p. 27):

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa-de-força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar.

Em seguida da execução da oficina ocorreu à hora do chá, hora de sentar e compartilhar os resultados do trabalho construído em conjunto. Enquanto todos aguardavam os produtos ficarem prontos, conversou-se com os familiares sobre os alunos, observou-se a presença de algumas mães que estavam presentes e ainda não haviam participado de nenhuma atividade, pois quem participou dos outros encontros foram os pais. Após esta integração pode-se perceber que as trocas foram bastante importantes. Em seguida o Chef fez uma intervenção, salientando que o principal objetivo da atividade era integrar as famílias e proporcionar outra visão sobre as possibilidades de cada pessoa. Ressaltou mais uma vez, a importância de se relacionar, seja profissionalmente, seja como vizinhos, colegas de escola, que o relacionamento com outras pessoas ajuda na construção do ser humano e que isso é de suma importância.

Após o doce e os bolos ficarem prontos, todos juntos desenformaram os bolos, e organizamos o chá e se deslocaram para o refeitório da Instituição, onde ocorreu o chá de encerramento. Lá dispuseram as xícaras e pratinhos onde cada um deles serviu-se e compartilhou daquele momento de integração.

Considera-se que este foi um momento muito intenso e importante, pois ao longo de todos os encontros que foram realizados percebeu-se um princípio de transformação do pensamento e comportamento, ao final, a estagiária se direcionou a todos e agradeceu pela participação e colaboração.

A avaliação do Projeto de Intervenção denominado *Conhecendo a Nossa Realidade e Lutando pela Inclusão*, se deu através da aplicação, no quinto encontro, de um questionário²⁵ composto por perguntas abertas e fechadas, todos discursivas, que possibilitou uma melhor compreensão da percepção dos usuários sobre a proposta trabalhada no projeto de intervenção.

²⁵ Ver apêndice B.

O público alvo inicial seriam as doze famílias selecionadas já citadas anteriormente, porém o questionário foi entregue para onze famílias que compareceram ao quinto encontro e destas, nove responderam às questões, o que possibilitou a avaliação do projeto de intervenção. Ao longo da execução das atividades propostas pelo projeto de intervenção, 66,6% das famílias participaram efetivamente dos encontros.

O perfil dos participantes em relação a faixa etária, era de 15 a 35 anos e destes, 58,3% são homens (de 20 a 30 anos) e 41,7% são mulheres (de 15 a 35 anos)²⁶. Outra questão era sobre o BPC – Benefício de Prestação continuada. Dos nove questionários respondidos apenas dois recebem e um está com o benefício bloqueado. Ainda, segundo uma das mães dos usuários, o perito do INSS informou que seu filho tem condições de ingressar no mundo do trabalho. Já a outra pessoa, mesmo com uma renda que ultrapassava o requisito de ¼ de salário per capita, recebe normalmente o benefício. Os dados reforçam a necessidade de o benefício ser revisto a cada dois anos, mas isso não se efetiva em virtude da alta demanda, conforme afirmam as profissionais do INSS.

Durante a aplicação do questionário avaliativo, havia uma pergunta que indagava se os alunos já haviam trabalhado, neste sentido obteve-se apenas uma resposta positiva, em que o aluno trabalhou por dez meses no Frigorífico Silva, no setor de lavanderia, na cidade de Santa Maria, RS. Sobre a relevância das atividades desenvolvidas ao longo da execução do projeto, todas as respostas são positivas, alguns argumentam dizendo que “as atividades foram importantes, porque esclarecem dúvidas para a inclusão no mundo do trabalho e contribui na participação da família.” (SIU²⁷), “Contribuiu para me atualizar nas possibilidades de a minha filha tem como pessoa.” (SIU), “Foram importantes para o esclarecimento.” (SIU), “contribui, na forma de fazer-me entender que uma pessoa com deficiência também tem condições de trabalhar” (SIU). Relacionado às possíveis dúvidas que cada um apresentou, as famílias informaram que estas foram esclarecidas e sobre o processo de inclusão no mundo do trabalho foram repassadas as informações de forma compreensível, o que possibilitou um pleno aproveitamento.

Sobre a importância da atuação da família na promoção da emancipação do sujeito e também do fortalecimento dos vínculos familiares, obteve-se sete respostas positivas, com os seguintes argumentos: “De extrema importância, pois o suporte familiar passa confiança ao aluno.” (SIU), “Fazendo a pessoa se sentir capaz, como as outras pessoas sem problema.”

²⁶ Dados coletados a partir da ficha social dos usuários, pois não continha esta questão no questionário de avaliação.

²⁷ Segundo informações do usuário.

(SIU), “Apoiar e procurar ver quais as atividades que cada um tem facilidade de aprender.” (SIU), “Porque se não houver o apoio e a participação dos familiares eles vão se tornar inseguros e dependentes.”. Sobre esta questão percebeu-se duas respostas negativas, onde uma respondeu apenas “não” para a pergunta, já a outra não respondeu grande parte do questionário. Acredita-se que isso tenha ocorrido devido à falta de compreensão da proposta do projeto e/ou também em virtude da baixa escolaridade possam ter ficado constrangidos por até mesmo não terem compreendido a pergunta. Estes dois usuários, ao longo da execução do projeto apresentaram bastante resistência em relação à temática proposta e muitas vezes questionaram a capacidade de seus filhos em se inserir no mundo do trabalho e até mesmo de executar tarefas básicas do dia a dia.

Quanto aos resultados que cada um esperava atingir com as atividades previstas no projeto, obtiveram-se sete respostas positivas, ressaltando a importância do incentivo dentro de casa para a execução de tarefas em suas próprias residências, de conhecer os direitos e deveres da pessoa com deficiência e sobre a relevância de se discutir a questão da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

Na penúltima pergunta, questionou-se sobre o que os usuários acham da inclusão, perante este questionamento surgiram as mais diversas respostas, algumas tratando sobre a promoção da integração, outros sobre aprender a viver com as diferenças, outros acham boa, para que esta pessoa possa se inserir na sociedade. Para encerrar o questionário discutiu-se sobre a vontade que estes têm de promover o ingresso no mundo do trabalho para seus familiares, neste sentido a grande maioria demonstrou-se interessado ingressar no mercado de trabalho. Tivemos também conforme já citado anteriormente dois usuários que não se demonstraram favoráveis a esta possibilidade.

5. CONCLUSÃO

A partir do período de estágio supervisionado pôde-se acompanhar a prática da prestação de serviço em uma organização pertencente ao terceiro setor. Tal experiência permite estabelecer um vínculo entre a teoria e a prática, e vivenciar o dia a dia de pessoas com seus direitos violados, fragilizados e por vezes excluídos da sociedade em virtude de suas limitações tanto econômicas quanto sociais, o que nos traz muito latente a reflexão acerca do fazer profissional e da articulação que é feita através do projeto ético político do Serviço Social.

O processo de estágio é um período de extrema importância, pois é a partir deste período que passa a ser possível colocar em prática as teorias aprendidas na academia e que irão nortear a ação profissional, a fim de que posteriormente possa intervir nas diferentes formas de expressão da questão social. Esta experiência possibilita que o estagiário construa uma análise crítica e atenta a todos os elementos que constituem a realidade social de cada um, com o objetivo de que o trabalho profissional se torne cada vez mais eficaz no sentido da efetivação do acesso aos direitos sociais. Salienta-se também o importante papel que tem a supervisão de estágio, tanto acadêmica quanto de campo, pois foram momentos de muita reflexão, análise da prática profissional, que serve como baliza para equilibrar a emoção e a razão.

Neste sentido cabe salientar que a teoria e prática são indissociáveis, por tanto, não é possível compreender o sujeito como um todo sem conhecer a sua realidade através do método dialético crítico. Para compreender o indivíduo como um todo é necessário que o profissional de Serviço Social faça uso dos seus instrumentais técnicos que estão entre as competências e atribuições específicas do assistente social.

As experiências narradas neste trabalho são frutos de um período de vivência na instituição APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria, uma organização sem fins lucrativos, que é amparada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, nos evidencia o quanto ainda é bastante frágil o tema inclusão social da PcD, isso apenas vem a corroborar com o fato de termos de manter o enfrentamento do desmonte das políticas sociais públicas, além é claro de combater a (des)responsabilização por parte do Estado que diariamente se faz menos presente em nossa sociedade.

Uma característica latente da população em vulnerabilidade social é a falta de percepção de que o serviço que estão acessando nada mais é do que um direito, assegurado pela Constituição Federal, que a APAE é uma organização que se mantém através de doações

voluntárias e que tem a obrigação de possibilitar o acesso aos atendimentos para todos que dela necessitarem. Essa percepção fica muito evidente nos períodos em que houve um diálogo com os usuários e seus familiares, voltado para saber o que cada um pensava em relação a APAE, todos se referem à instituição sempre com muito zelo, carinho e muita gratidão. Tais demonstrações de extrema gratidão imprimem a carência de conhecimento relacionado aos direitos sociais.

Referente à inclusão ressalta-se que os dispositivos legais fazem referência a importância de as pessoas com deficiência estarem incluídas tanto no contexto educacional quanto no mundo do trabalho. Conforme constatou-se, a atuação das empresas, ao contratar PcD é apenas para se fazer cumprir a Lei, sem ter critérios claros, ou muitas vezes, sem adaptação arquitetônica para atender um funcionário com limitações. Neste sentido, em algumas ocasiões, a empresa opta por ser multada, pois não tem interesse em realizar melhorias, ou até mesmo de disponibilizar algum funcionário para auxiliar a pessoa durante o treinamento e também pelo tempo que for necessário.

Com o objetivo de diariamente possibilitar novas opções para as pessoas com deficiência, salienta-se a importância e a facilidade que seria o processo todo de inclusão, caso as empresas e as escolas integrassem de forma mais eficaz, pois dessa forma possibilitaria a empresa conhecer quais são as possibilidades do funcionário que está em processo de contratação, ou auxiliar o aluno no caso da escola, durante a preparação para o ingresso no mundo do trabalho. Enfim, haveria uma melhor comunicação e por vezes tornaria o processo de inclusão no mundo do trabalho mais rápido. Contudo é evidente que este processo ainda encontra bastante resistência, e a execução deste projeto de intervenção na APAE, foi pensada justamente com o intuito de esclarecer possíveis dúvidas, angústias e, sobretudo demonstrar que a inclusão no mundo do trabalho é possível, ampliando outras perspectivas de vida para estes alunos e suas famílias.

Este trabalho de conclusão de curso possibilitou a estagiária uma reflexão sobre a lógica de funcionamento de uma instituição pertencente ao terceiro setor, conhecer suas realidades, abordar o tema inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, as possibilidades de cada um e principalmente o direito ao acesso das políticas sociais públicas vigentes no país. Neste sentido, salienta-se a importância desta instituição dar continuidade a este campo de estágio, pois, a atuação do profissional assistente social, frente à articulação entre a inclusão, fortalecimento dos vínculos familiares e principalmente viabilizando a garantia de direitos é fundamental para a efetivação da inclusão.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR 9050. **Norma Brasileira. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2ª ed. Válida a partir de 30 de junho de 2004.
- ALENCAR, Mônica. **O trabalho do Assistente Social nas organizações privadas não lucrativas.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ALVES, Rubens Valtecedes. **Deficiente físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador.** São Paulo: Parma, 1992.
- AMARAL, L. A. **Mercado de trabalho e deficiência.** São Paulo: Senai. 1992.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo : Cortez, 7ª ed., 2000.
- APAE de Carlos Barboza - RS. Histórico.** Disponível em: <<http://carlosbarboza.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=11564>> Acesso em: 06 de Junho de 2016.
- _____, **Patos de Minas – MG. Notícias. Significado do símbolo da APAE.** Disponível em: <<http://patosdeminas.apaebrasil.org.br/noticia.phtml/62019>> Acesso em: 07 de outubro de 2016.
- _____, **Suzano – SP. O que é a APAE.** Disponível em: <http://fullmidia.com.br/demos/apae/?page_id=16> Acesso em: 05 de agosto de 2016.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** 2 ed. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1997.
- Brasil, Planalto, Presidência da República, Casa Civil. Constituição da República federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 02 de abril de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Constituição Política do Império do Brasil. 25 de março de 1824.** Manda observar a Constituição Política do Imperio, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em 22 de agosto de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891.** Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em 22 de agosto de 2016.
- _____. Planalto Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 16 de julho de 1934.** Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em 22 de agosto de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945.** Promulgação da Carta das Nações Unidas: Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm> Acesso em 12 de setembro de 2016.

- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso em 03 de novembro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.** Determinada pelo art. 13º da Lei nº 9.257 de 10 de dezembro de 1997. Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm> Acesso em 29 de outubro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em setembro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm> Acesso em 29 de outubro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm> Acesso em 02 de abril de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.** Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm> Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8989.htm> Acesso em 24 de fevereiro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 20 de setembro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 3.298 de 20 de setembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em 23 de setembro de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 9790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm> Acesso em 16 de agosto de 2016.
- _____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm> Acesso em 17 de novembro de 2015.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 10.226 de 15 de maio de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10226.htm> Acesso em 17 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 3.596 de 08 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 10.754 de 31 de outubro de 2003.** Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 que "dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências". Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.754.htm> Acesso em: 25 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 10.690 de 16 de junho de 2003.** Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.690.htm> Acesso em 13 de agosto de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 07 de outubro de 2015.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 17 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 11.997 de 07 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> Acesso em 2 de agosto de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – **Centro- Dia de referência para Pessoa com Deficiência, 2011.** Disponível em:
<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/idades-de-atendimento/centro-dia/centro-dia-de-referencia-para-pessoa-com-deficiencia>> Acesso em 1 setembro de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2012.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da

Assistência Social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm> Acesso em 14 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm> Acesso em 17 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015.** Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm> Acesso em 23 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 27 de agosto de 2016.

_____. Planalto, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acessado em 24 outubro 2015.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CAMPOS, T. C. P **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais.** São Paulo: EPU, 1995.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **A família contemporânea em debate.** 2. ed. São Paulo: EDUC, Cortez, 1995.

Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.** BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CRUZ, Lilian R.; GUARESCHI, Neuza M. F. **A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia.** In: **Políticas Públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** CRUZ, L. R, GUARESCHI, N. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2009. Disponível em:

<<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em 12 de setembro de 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 27 de agosto de 2016.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/ Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) – **Viver sem limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** SDH – PR/ SNPD, 2014.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO DEFICIENTE MENTAL. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de>

Defici%C3%Aancia/declaracao-de-direitos-do-deficiente-mental.html> Acesso em 12 de agosto de 2016.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de Dezembro de 1975.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> Acesso em 24 de agosto de 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias.** 4ª ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania.** 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006.

FARIA, Ana Lucia Cosenza; FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do Nascimento. **Focalização de políticas públicas: uma discussão sobre os métodos de avaliação da população-alvo.** Revista Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 287-310, jul. 2007. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/download/2137/2521> Acesso em 28 setembro de 2015.

FENAPAES. **Um pouco da história do movimento das APAEs.** Federação Nacional das APAEs. 2008. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo/12468>>. Acesso em: 28 set. de 2013.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina .** 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

FURRER, Maria Alice. **Acessibilidade na Prática. O Uso do símbolo internacional de acesso.** Publicado em 30 de maio de 2011

<<http://www.acessibilidadenapratica.com.br/textos/o-uso-do-simbolo-internacional-de-acessibilidade/>> Acesso em: 09 de outubro de 2016.

GUEDES, Nair Soares; RODRIGUES Ivone de Moraes. **A Assistência Social e o Assistencialismo: desafio da garantia de direitos pelos Assistentes Sociais.** Fev. 2011.

Disponível em: <<http://site.cress-se.org.br/?p=1059>>. Acesso 5 de maio de 2016.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho.** Florianópolis; Obra Jurídica, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional -** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. Editora Cortez. 2011b.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em:<

[http://www.adiron.com.br/arquivos/Movimento\(1\).pdf](http://www.adiron.com.br/arquivos/Movimento(1).pdf)> . Acesso em: 15 de maio de 2015.

LOPES, R. E. LEÃO, A. **Terapeutas ocupacionais e os centros de convivência e cooperativas: novas ações de saúde.** **Rev. Terapia Ocupacional. Universidade São Paulo**, v.13, n.2, p.56-63, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. 13º ed. V I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. 12º ed. V II. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L&PM, 1998.

MEDEIROS, M. H. R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social.** São Paulo: Hucitec, 2003.

- MELLO, Luiz. **Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 497-508, mai/ago. 2006.
- MIRANDA, Jadiel Galvão. **Direito da Seguridade Social previdenciário, infortunistica, assistência social e saúde**. – Rio de Janeiro: Elservir, 2007.
- MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MORAES, A. P. VENDRUSCOLO, M.S. TIMM, J. R. Organograma. Elaboração do Organograma da APAE de Santa Maria. (2015).
- OLIVEIRA, Luiza Maria B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência** - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.
- ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.
- PEREIRA, Bresser Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. São Paulo: Lua Nova n. 45, 1998.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Assistência Social na Perspectiva dos Direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus: 1996.
- RODRIGUES, Maria Lucia. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**. in Martinelli, M. L. e outros(org). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.
- SPOSATI, Aldaíza. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. IN: **Serviço Social e Sociedade nº87**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança**. Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XXIII, N.71, Ano 2008, p. 9-25.
- TENÓRIO, Fernando G. (ORG); Ana Heloisa da Costa Lemos, Jacob Eduardo Rozenberg, Susana A. Quacchia Feichas. **Gestão de ONGS – Principais Funções Gerenciais**. 10ª. Edição. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- WARSCHAUER, C. **Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

ANEXO A: FICHA SOCIAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA MARIA

Fundada em 30 de abril de 1966 - CGC n.º 95.627.121/0001-74

Utilidade Pública Municipal em 3.7.81 - Lei n.º 2173

Utilidade Pública Estadual Boletim n.º 126/94

Utilidade Pública Federal Portaria n.º 19 em 11/03/97



FICHA SOCIAL

1. Identificação:

Nome: _____ Data de Nasc.: ___/___/___ Idade: ___

CID – 10: _____ RG: _____ CPF: _____

Endereço: _____ N.º: _____ Bairro: _____ Cidade: _____

Responsável: _____ Data de Nasc.: ___/___/___ Idade: ___

Estado civil: _____ Telefone: () _____ Situação Profissional atual: _____

2. Constituição Familiar:

Composição familiar	Vínc. Fam.	Sexo	Data de nasc.	Idade	Escolaridade	Estado civil	Sit. profissional e econômica atual	Renda

3. Condições de moradia:

Moradia: (própria/cedida/alugada)	Nº de cômodos	Tipo de moradia (madeira/alvenaria/mista)	Esgoto	Banheiros (interno/externo)	Renda familiar	Renda percapta

Eu _____, responsabilizo-me pelas informações acima como, estou ciente de que as informações que prestei são verdadeiras, e que a omissão ou falsificação das mesmas poderão acarretar o cancelamento dos serviços adquiridos na APAE.

Santa Maria, RS ___/___/___.

Assinatura: _____.

APÊNDICE A: FOLDER DE AGRADECIMENTO

Agradecemos a presença de todos os alunos e familiares que tornaram possível este momento de troca e de construção.

“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos.” Eduardo Galeano

Muito Obrigada! Projeto de Intervenção Serviço Social UFSM, Estágio II, APAE Santa Maria, 15/06/2016. Acadêmica: Jéssica Ribas Timm

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Questionário Avaliativo

____/____/____

- 1- Idade: _____.
- 2- Situação Profissional: _____.
- 3- Quantos na Família recebem BPC - Benefício de Prestação Continuada? _____.
- 4- O aluno já trabalhou? Quanto Tempo? _____.
() Sim () Não
- 5- Gostou das atividades desenvolvidas no decorrer da execução do projeto de intervenção?
() Sim () Não
- 6- Porque as atividades desenvolvidas e o projeto de intervenção foram importantes na vida de vocês? De que forma contribuiu?

_____.
- 7- Foram esclarecidas as questões relacionadas ao processo de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho?
() Sim () Não
- 8- Perceberam a importância que tem a atuação da família em relação ao desenvolvimento da Pessoa com Deficiência? De que forma?
() Sim () Não.

_____.
- 9- Os resultados que você esperava foram atingidos? Dê um exemplo.
() Sim () Não
_____.
- 10- O que você acha da Inclusão?

_____.
- 11- Tem interesse em que o seu filho(a) ingresse no Mercado de Trabalho?
() Sim () Não

Muito Obrigada!